



NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI

CNPJ/MF 25.165.749/0001-10
NIRE 35601453386

4ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito:

JOÃO LUIS DE CASTRO, brasileiro, solteiro, maior, empresário, nascido em 07/10/1980, portador da cédula de identidade RG nº 33.028.861/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 221.353.808-57, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ulisses da Rocha Ventura, nº 152, Jardim Garcia, CEP 13061-211 (“**Titular**”);

Titular da **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI**, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 503, 18º andar, sala 1803, bairro Alphaville industrial, CEP 06454-000, com seu ato constitutivo registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.601.453.386 e CNPJ 25.165.749/0001-10, em sessão de 08 de julho de 2016 (“**Empresa**”);

Tem justa e pactuada mais uma alteração de seus atos constitutivos, que se regerá pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, subsidiariamente pelas Leis 6.404/76 - 11.638/07 das Sociedades por Ações, pelo contrato social e conforme o seguinte:

Resolve alterar o contrato social da **Empresa** conforme as seguintes deliberações:

I – ALTERAÇÕES:

CAPÍTULO IV CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DO TITULAR

O sócio decide, fazer a consolidação do contrato, efetuar o aumento do capital social, no que segue;

Como resultado da deliberação acima a cláusula 14ª passa a vigorar com a seguinte redação

Página 1 de 6

Cláusula 14 – O capital social da empresa será de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), totalmente integralizado em moeda corrente deste país, detido em sua totalidade, pelo titular **JOÃO LUIS DE CASTRO**.

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade do titular é restrita ao valor do capital social, sendo que este não responde subsidiariamente pelas obrigações sociais, mas responde pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo - Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da empresa; (ii) não respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da empresa, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da empresa; (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela empresa; e (iv) não compõem o ativo da empresa, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.

Por fim, informam os sócios que todas as demais Cláusulas do Contrato Social, que não foram objeto de alteração no presente instrumento, permanecem inalteradas quanto ao seu conteúdo. Decidem, por fim, consolidar o Contrato Social da Sociedade.

Tendo em vista as modificações ora ajustadas, resolve o **Titular** consolidar a presente alteração contratual com o contrato social original, que passa a ter a seguinte redação:

“NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI”

CONSOLIDAÇÃO

CAPÍTULO I

NOME EMPRESARIAL, SEDE, FORO, FILIAIS E OBJETIVOS

Cláusula 1^a – A empresa funcionará sob o nome empresarial **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI**.

Parágrafo único: o titular **JOÃO LUIS DE CASTRO** declara não participar de nenhuma outra empresa dessa natureza jurídica.

Cláusula 2^a – A empresa terá sua sede e foro na **Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 503, 18º andar, sala 1803, bairro Alphaville industrial, CEP 06454-000**, podendo abrir e manter filiais, escritórios ou sucursais em qualquer parte do território nacional ou no exterior e desde que, agregados à matriz, contribuam para que sejam atingidos os objetivos sociais.

Parágrafo único = Filial 01 – Rua Guapuruuvu, nº 377 – Sala 12, Loteamento Alphaville Campinas – Campinas/SP - CEP 13098-322, NIRE 35905932454 e CNPJ 25.165.749/0002-09.

Cláusula 3^a – A empresa terá por objeto social: consultoria e assessoria em gestão empresarial; administração de cartão de crédito e cartão convênio; emissão e administração de benefícios de vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte, vale-combustíveis; gerenciamento de manutenção preventiva, corretiva e similares de veículos automotores; monitoramento e rastreamento de veículos, bens e pessoas, assim como a gestão e controle de frotas e equipamentos; aluguel de equipamentos e periféricos para uso de cartão magnético e eletrônico; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis sob encomenda ou não; participação em outras sociedades e exercício da atividade de arranjo de pagamento de compra e transferência, com conta de pagamento pré-paga e para uso doméstico, nos termos dos artigos 8º ao 10, do Regulamento Anexo à Circular 3.682/2016, do Banco Central do Brasil. Integram a atividade de arranjo de pagamento, (i) a prestação de serviços de gestão de moeda eletrônica depositada em conta de pagamento, na forma de carteira digital, inclusive para aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, transferência originada de ou destinada a conta de pagamento, execução de remessa de fundos e conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa; (ii) a emissão de instrumento de pagamento e administração de cartões de crédito, débito, convênio e serviços, de emissão própria ou emitidos por terceiros; e (iii) o credenciamento de estabelecimentos para a aceitação de instrumentos de pagamento.

CAPÍTULO II **INÍCIO, DURAÇÃO E ENCERRAMENTO DA EMPRESA**

Cláusula 4^a – A empresa terá seu início na data de registro deste instrumento, sendo indeterminado o seu tempo de duração.

Cláusula 5^a – A empresa poderá além dos casos previstos em Lei ser dissolvida pelo titular.

Cláusula 6^a – Na hipótese de ser deliberada a dissolução da empresa, o titular fará levantar na época dos fatos, um balanço especial de encerramento sendo certo que, após pagas as dívidas existentes, o saldo partível será resarcido ao titular.

CAPÍTULO III **ADMINISTRAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E ATIVIDADE DO TITULAR**

Cláusula 7^a – A empresa será administrada por (i) **JOÃO LUIS DE CASTRO**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, nascido em 07/10/1980, portador da cédula de identidade RG nº 33.028.861/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 221.353.808-57, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ulisses da Rocha Ventura, nº 152, Jardim Garcia, CEP 13061-211, na qualidade de administrador, representar a empresa ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores “ad juditia” ou “ad negotia”, desde que conste no instrumento os poderes delegados.

Cláusula 8^a – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à empresa, os atos dos diretores que envolverem-na em obrigações relativas aos negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como: avais, fianças, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando se referirem diretamente com os negócios sociais.

Cláusula 9^a – Fica expressamente proibido aos diretores aceitar e avalizar títulos, prestar fianças, oferecer garantias de qualquer espécie, mesmo em caráter particular, em negócios estranhos à empresa.

Cláusula 10 – O mandato dos diretores será por tempo indeterminado.

Cláusula 11 – Ao titular é vedado o uso do nome empresarial em atos estranhos aos objetivos sociais, em benefício próprio ou de terceiros, sejam fianças, avais, etc., respondendo o titular perante a empresa e perante terceiros, pelos atos que praticarem contrários ao presente dispositivo.

“Cláusula 12” - As políticas e procedimentos internos da empresa para controle e prevenção dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, deverão ser aprovadas pela Diretoria da empresa e observarão as seguintes diretrizes: (i) elaborar um manual interno das políticas e procedimentos indicando as responsabilidades dos integrantes de cada nível hierárquico da instituição; (ii) contemplar a coleta e registro de informações tempestivas sobre clientes, que permitam a identificação dos riscos de ocorrência da prática dos mencionados crimes; (iii) definir os critérios e procedimentos para seleção, treinamento e acompanhamento da situação econômico-financeira dos empregados da empresa; (iv) incluir a análise prévia de novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção dos mencionados crimes; e (v) receber ampla divulgação interna.

Parágrafo único: Os procedimentos internos devem incluir medidas prévias e expressamente estabelecidas que permitam confirmar as informações cadastrais dos clientes e identificar os beneficiários finais das operações e possibilitar a caracterização ou não de clientes como pessoas politicamente expostas.

Cláusula 13 - A empresa deve observar política de governança, aprovada pela Diretoria, que aborde os aspectos relativos ao gerenciamento de riscos, gestão de patrimônio e à preservação do valor e da liquidez das moedas eletrônicas emitidas.

Parágrafo único: A política de governança da empresa deve ser adequadamente documentada e submetida a revisões anuais, com a documentação mantida à disposição do Banco Central do Brasil; definir atribuições e responsabilidades; e garantir a independência das atividades de gerenciamento de riscos, inclusive mediante segregação entre a área operacional e a de gestão de risco.

CAPÍTULO IV **CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DO TITULAR**

Cláusula 14 – O capital social da empresa será de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), totalmente integralizado em moeda corrente deste país, detido em sua totalidade, pelo titular **JOÃO LUIS DE CASTRO**.

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade do titular é restrita ao valor do capital social, sendo que este não responde subsidiariamente pelas obrigações sociais, mas responde pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo - Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da empresa; (ii) não respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da empresa, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da empresa; (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela empresa; e (iv) não compõem o ativo da empresa, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.

CAPÍTULO V **ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E REMUNERAÇÃO DO TITULAR**

Cláusula 15 – O exercício social findar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, e é facultado à empresa levantar mensalmente ou a qualquer tempo balanço com apuração de resultados, sendo certo que os lucros ou prejuízos serão distribuídos ou suportados pelo titular.

Cláusula 16 – O titular poderá ter uma retirada mensal a título de pró-labore, dentro dos limites da legislação do imposto de renda e da capacidade financeira da empresa.

CAPÍTULO VI **CESSÃO DE QUOTAS, RETIRADA E FALECIMENTO DO TITULAR**

Cláusula 17 – As quotas sociais poderão ser vendidas, cedidas ou transferidas, observadas as disposições legais e do presente instrumento, e são impenhoráveis, não podendo ser objeto de liquidação, execução ou para garantir obrigações do titular.

Cláusula 18 – O falecimento do titular não implicará na dissolução da empresa, continuando a existir com os herdeiros legais do falecido, mediante alvará judicial ou formal de partilha, por sentença judicial ou escritura pública.

Parágrafo primeiro: Havendo mais de um herdeiro para admissão na empresa, essa será transformada em Sociedade Empresária Limitada.

Parágrafo segundo: Em não havendo interesse dos herdeiros em continuar com a empresa, esta entrará em liquidação.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19 – O presente contrato poderá ser alterado no todo ou em parte por deliberação do titular.

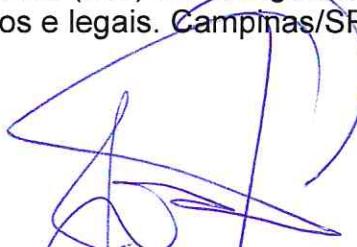
Cláusula 20 – Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos pelas disposições legais aplicáveis à espécie vigente à época dos fatos.

Cláusula 21 – Os diretores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula 22 – O foro competente deste contrato é o da Cidade e Comarca de Campinas (SP), excluindo-se de quaisquer outros foros por mais privilegiados que sejam.

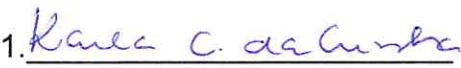
E por estar justo e acertado, o **Titular** e os diretores eleitos assinam a presente alteração do contrato social em 03 (três) vias de igual teor, para que sejam produzidos os seus efeitos jurídicos, fáticos e legais. Campinas/SP, 19 de Dezembro de 2019.

Titular:



JOÃO LUIS DE CASTRO
RG 33.028.861/SSP-SP / CPF/MF 221.353.808-57
OAB 248871 / SP

Testemunhas:

1. 
Nome: Karla Cristina da Cunha
RG 47.533.091-2 SSP/SP
CPF/MF: 360.635.458-40

2. 
Nome: Felipe Veronez de Souza
RG MG152.94963
CPF/MF: 080.281.806-47



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
681.149/19-0

GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL



PROCURAÇÃO

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n. 25.165.749/0001-10, com endereço à Alameda Rio Negro, n. 503, sala 1803, Alphaville, CEP 06454-000, Barueri, Estado de São Paulo, endereço eletrônico *licitacao@neofacilidades.com.br*, telefone (11) 3631-7730, doravante simplesmente designada como “Outorgante”, por seu sócio proprietário e administrador, o senhor **JOÃO LUÍS DE CASTRO**, brasileiro, empresário, inscrito na OAB/SP sob o n. 248.871 e no CPF/MF sob o n. 221.353.808-57, Carteira de Identidade n. 33028861 - SSP/SP, nomeia e constitui como seus procuradores, doravante simplesmente designados como “Outorgados”, **JULIO CÉSAR MIRANDA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 348.369.598-29, Carteira de Identidade n. 45.304.656-3 - SSP/SP; **FELIPE VERONEZ DE SOUSA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 080.281.806-47, Carteira de Identidade n. MG-15.294.963 - PC/MG; **FELIX JODOVAL GIL FERNANDES JUNIOR**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 220.409.038-79, Carteira de Identidade n. 29.108.286-5 - SSP/SP; **LEONARDO HENRIQUE DE ANGELIS**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 429.485.278-05, Carteira de Identidade n. 44.234.450-8 - SSP/SP; **DENIS DONIZETTI DA SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 090.593.326-52, Carteira de Identidade n. MG-16.277.310 - PC/MG, **CLEISON LOPES ANDRADE**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 393.265.528-10 , Carteira de Identidade n. 48.463.129-9 – SSP/SP, **DANIELE GONÇALVES GUISSI FELISBERTO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n. 225.593.728-00, Carteira de Identidade n. 41.297.367-4, SSP/SP, **ANA CAROLINA PRADO SCARASSATI**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n. 217.063.868-77, Carteira de Identidade n. 34.833.572-6 SSP/SP, **CARLA ALVES DE ARAUJO DE SOUZA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n. 277.534.468-27, Carteira de Identidade n. 27.808.593-3 SSP/SP, com amplos poderes para representar a Outorgante na melhor forma de direito, especialmente para participar de pregões presenciais e eletrônicos; participar de licitações em todas suas modalidades; ofertar lances; assinar propostas e declarações; interpor impugnações e recursos; realizar vistorias; solicitar e prestar esclarecimentos; assinar contratos, atas, e demais documentos; efetuar treinamentos e apresentações de sistemas; praticar, enfim, todos os atos em direito admitidos e necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, podendo, também, substabelecer os poderes aqui conferidos a outrem, arcando, a Outorgante, nos termos do Código Civil, com todas as obrigações contraídas por força do mandato, respondendo diretamente pelas sanções previstas pela inexecução contratual, ilegalidade na documentação de qualificação ou danos causados a contratantes ou a terceiros. **Validade: 12 (doze) meses, a partir da assinatura desta.**

Barueri, Estado de São Paulo, 14 de julho de 2020.

JOÃO LUIΣ DE CASTRO – ADMINISTRADOR
CPF nº 221.353.808-57
RG nº 33.028.861/SSP-SP

Reconheço a semelhança da firma com valer econômico de: JOAO LUIS DE *****
CASTRO (Ficha:870389)*****

Da fé. Em testemunho da verdade.
Campinas-SP 15/07/2020

Larissa Yara Araújo de Moraes - Escrivente
Válido com o(s) selo(s): 0195AA0922060

Custas:R\$ 10,01





JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



JUCESP PROTOCOLO
2.006.431/19-5



247

DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO - EPP

NOME EMPRESARIAL

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI

NIRE
3560145338-6

DECLARAÇÃO

O Empresário NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 08/07/2016, NIRE: 3560145338-6, CNPJ: 25.165.749/0001-10, estabelecido na Alameda Rio Negro, 503, SALA 1803, BAIRRO: Alphaville Industrial, Barueri, SP, CEP: 06454-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se desenquadra da condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

LOCALIDADE

Campinas - SP

DATA
10/09/2019

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL

NOME

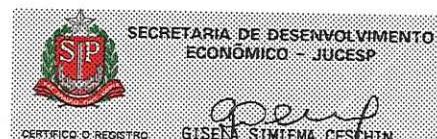
JOAO LUIS DE CASTRO (Titular)

ASSINATURA

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO

ETIQUETA DE REGISTRO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8210-7



POLÉGAR DIREITO



70357670

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

33.028.861-1 2 via

DATA DE
EXPEDIÇÃO 02/02/2019

NOME

JOÃO LUIS DE CASTRO

FILIAÇÃO

LUIZ GONZAGA DE CASTRO

CACILDA APARECIDA GIANI DE CASTRO

NATURALIDADE

CAMPINAS - SP

DOC ORIGEM

CAMPINAS-SP CAMPINAS CN:LV.A256/FLS.139V/Nº44452

CPF

221353808/57

Mitsuki Yamamoto

Delegado de Polícia Divisão IIRGD/SSP-SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NÃO PLASTIFICAR

CPVA





CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

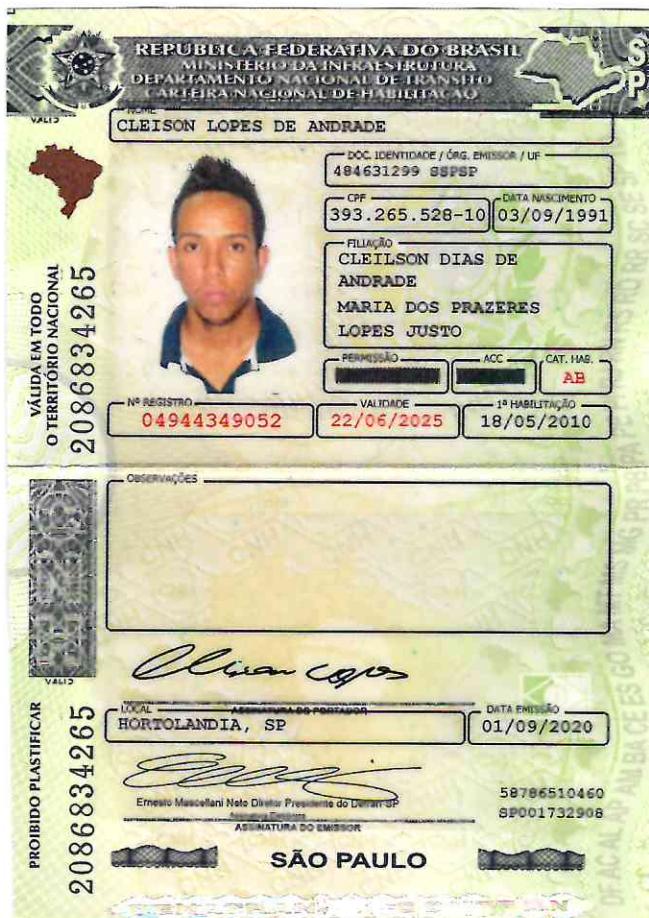


QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>.

SERPRO / DENATRAN





CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPOLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA					
NIRE 35601453386	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 08/07/2016	INÍCIO DAS ATIVIDADES 20/06/2016	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO	
NOME COMERCIAL NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI					TIPO JURÍDICO EIRELI
C.N.P.J. 25.165.749/0001-10	ENDERECO ALAMEDA RIO NEGRO		NÚMERO 503	COMPLEMENTO 18 AN/SL.1803	
BAIRRO ALPHAVILLE IND.	MUNICÍPIO BARUERI	UF SP	CEP 06454-000	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 3.000.000,00

OBJETO SOCIAL					
ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO					
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS					
ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR					
EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES					

TITULAR E ADMINISTRADOR					
NOME JOAO LUIS DE CASTRO					
ENDEREÇO RUA ULISSES DA ROCHA VENTURA		NÚMERO 152	COMPLEMENTO		
BAIRRO JARDIM GARCIA		MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13061-211	RG 33028861
CPF 221.353.808-57		CARGO TITULAR E ADMINISTRADOR			
			QUANTIDADE COTAS		

FILIAIS					
NIRE 35905932454		CNPJ 25.165.749/0002-09			
ENDEREÇO RUA GUAPURUVU		NÚMERO 377	COMPLEMENTO SALA 12		
BAIRRO LOTEAMENTO ALPHAVIL		MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13098-322	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO					
DATA 30/12/2019	NÚMERO 681.149/19-0				
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS).					

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35601453386
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 16/03/2021



documento
assinado
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 148778257, terça-feira, 16 de março de 2021 às 10:08:58.





CERTIDÃO ESPECÍFICA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

AS INFORMAÇÕES DO CAMPO "OUTROS ARQUIVAMENTOS" SÃO RELATOS DOS ELEMENTOS CONSTANTES DE ARQUIVAMENTOS SELECIONADOS PELO REQUERENTE E PODEM TER SOFRIDO ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ALTERAÇÕES POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPOLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA					
NIRE 35601453386	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 08/07/2016	INÍCIO DAS ATIVIDADES 20/06/2016	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO	
NOME COMERCIAL NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI					TIPO JURÍDICO EIRELI
C.N.P.J. 25.165.749/0001-10	ENDEREÇO ALAMEDA RIO NEGRO			NÚMERO 503	COMPLEMENTO 18 AN/SL.1803
BAIRRO ALPHAVILLE IND.	MUNICÍPIO BARUERI	UF SP	CEP 06454-000	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 3.000.000,00

OBJETO SOCIAL					
ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO					
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS					
ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES					

TITULAR E ADMINISTRADOR					
NOME JOAO LUIS DE CASTRO					
ENDERECO RUA ULISSES DA ROCHA VENTURA		NÚMERO 152	COMPLEMENTO		
BAIRRO JARDIM GARCIA		MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13061-211	RG 33028861
CPF 221.353.808-57	CARGO TITULAR E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS

DENOMINAÇÕES ANTERIORES					
NÃO CONSTAM EM NOSSOS REGISTROS DENOMINAÇÕES ANTERIORES					

OUTROS ARQUIVAMENTOS					
DATA 08/07/2016	NÚMERO 766.400/16-5				
REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME).					
DATA 10/01/2017	NÚMERO 059.014/17-9				

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO, OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS, ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA ALAMEDA RIO NEGRO, 503, 18 AN/SL.1803, ALPHAVILLE IND., BARUERI - SP, CEP 06454-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

DATA 20/03/2017	NÚMERO 102.949/17-7	
ARQUIVAMENTO DE BALANÇO REFERENTE O PERÍODO DE 01/01/2016 À 31/12/2016 .		
DATA 28/08/2017	NÚMERO 382.902/17-8	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS).		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
DATA 28/08/2017	NÚMERO 823.405/17-5	
REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA - (ME) PARA EMPRESA DE PEQUENO PORTE - (EPP).		
DATA 19/09/2019	NÚMERO 479.069/19-0	
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35905932454, CNPJ 25.165.749/0002-09, SITUADA À: RUA GUAPURUVU, 377, SALA 12, LOTEAMENTO ALPHAVIL, CAMPINAS - SP, CEP 13098-322, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA, OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO, OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS E ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 02/07/2019., DATADA DE: 02/07/2019.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
DATA 19/09/2019	NÚMERO 479.070/19-2	
REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE – (EPP).		
DATA 30/12/2019	NÚMERO 681.149/19-0	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS).		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FILIAIS

NIRE 35905932454	CNPJ 25.165.749/0002-09		
ENDERECO RUA GUAPURUVU	NÚMERO 377	COMPLEMENTO SALA 12	
BAIRRO LOTEAMENTO ALPHAVIL	MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13098-322

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA	NÚMERO
30/12/2019	681.149/19-0

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS).

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35601453386

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 16/03/2021



documento
assinado
digitalmente

Certidão Específica. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 148778194, terça-feira, 16 de março de 2021 às 10:08:28.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.165.749/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/07/2016
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (Dispensada *)
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (Dispensada *)
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação (Dispensada *)
64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
66.13-4-00 - Administração de cartões de crédito
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (Dispensada *)
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico (Dispensada *)
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári
--

LOGRADOURO AL RIO NEGRO	NÚMERO 503	COMPLEMENTO SALA 1803
-----------------------------------	----------------------	---------------------------------

CEP 06.454-000	BAIRRO/DISTRITO ALPHAVILLE INDUSTRIAL	MUNICÍPIO BARUERI	UF SP
--------------------------	---	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@NEOFACILIDADES.COM.BR	TELEFONE (11) 3631-7730
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2016
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **11/03/2021 às 16:07:13** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento Técnico de Arrecadação

CONSULTA CADASTRAL

Nº 03607/2021i

IDENTIFICAÇÃO

Razão Social :**NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS**

EIRELI - ME

CNPJ/CPF Nº.:**25.165.749/0001-10**

Inscrição Atual :**4.80842-0**

ENDEREÇO

Logradouro :**ALAMEDA RIO NEGRO**

Nº Atual :**503**

Complemento :

Sala :**1803**

Andar :

Bairro :**ALPHAVILLE CENTRO INDUSTR E EMPR / ALPHAVILLE**

Município :**BARUERI**

UF :**SP**

CEP :**06454000**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica :**CONSULTORIA**

Situação Vigente :**Ativo desde 22/02/2017**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço: Endereço: http://www.barueri.sp.gov.br (http://www.barueri.sp.gov.br) Certidão expedida gratuitamente. Aprovado pelo Decreto nº 5635, de 25/01/2005	Informações para Verificação de Autenticidade Nº de Inscrição : 4.80842-0 Código de autenticidade : 048F.4658.5791.3449107-P Data de emissão : 26/03/2021 Hora de emissão : 14:31:33
---	---

Prefeitura Municipal de Barueri | Rua Prof. João da Matta e Luz, 84 -CEP: 06401-120 - Centro - Barueri - SP - Fone: (11) 4199-

8000



Consulta Pública ao Cadastro ICMS

Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Código de controle da consulta: 2f25bf98-ab60-4d48-b36c-e9a534eb0dfc

Estabelecimento

IE: 206.447.728.118

CNPJ: 25.165.749/0001-10

Nome Empresarial: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI

Nome Fantasia:

Natureza Jurídica: Empresa Individual De Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)

Endereço

Logradouro: ALAMEDA RIO NEGRO

Nº: 503

Complemento: SALA 1803

CEP: 06.454-000

Bairro: ALPHAVILLE INDUSTRIAL

Município: BARUERI

UF: SP

Informações Complementares

Situação Cadastral: Ativo

Data da Situação Cadastral: 08/07/2016

Ocorrência Fiscal: Ativa

Posto Fiscal: PF-10 - BARUERI

Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO

Atividade Econômica: Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

Informações NF-e

Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 09/07/2016

Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total

Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/03/2011

[Voltar](#)

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 3.92.0



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA
DA UNIÃO**

**Nome: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI
CNPJ: 25.165.749/0001-10**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:31:53 do dia 05/01/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/07/2021.

Código de controle da certidão: **E234.2966.24C8.D499**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA
DA UNIÃO**

**Nome: JOAO LUIS DE CASTRO
CPF: 221.353.808-57**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:58:31 do dia 25/02/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/08/2021.

Código de controle da certidão: **F58B.0A8E.E3D3.11C3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 25.165.749

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 28920706

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 16/03/2021 09:45:06

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 25.165.749/0001-10

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº

21030051461-09

Data e hora da emissão

05/03/2021 10:32:06

Validade

6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

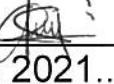
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
www.pfe.fazenda.sp.gov.br

Coordenadoria Técnica de Receita
Departamento Técnico de Tributos Imobiliários

LUIZ CAETANO BRAZZALE, Diretor do Departamento Técnico de Tributos Imobiliários da Prefeitura Municipal de Barueri - Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

C E R T I F I C A,

em atendimento ao solicitado no requerimento protocolado nesta Prefeitura sob nº 016956/2021 datado de 03/03/2021, que de acordo com os registros do Cadastro Imobiliário, considerando a grafia apresentada, com referência aos tributos imobiliários (IPTU e Taxa de Combate e Extinção de Incêndio), nada consta cadastrado em nome de "**NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI - ME**", estabelecida à Alameda Rio Negro, 503 – 18º andar – sala 1803, Alphaville Centro Industrial e Empresarial / Alphaville, neste município, até a presente data. Eu, Carla Brito dos S. Silva, matrícula 91061 a digitei e conferi  . Prefeitura Municipal de Barueri, 04 de março de 2021.....

.....
.....
.....



LUIZ CAETANO BRAZZALE
Diretor DTTI





Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento de Tributos Imobiliários

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 17799/2021i

Inscrição Atual.....: 23211.31.48.1484.01.343.3

Inscrição Anterior..:

Logradouro.....: ALAMEDA RIO NEGRO

Nº Atual.....: 503

Nº Anterior.....:

Complemento.....: SALA COMERCIAL 1803 - CONDOMINIO ESCRITO

Bairro.....: ALPHAVILLE CENTRO INDUSTR E EMPR / ALPHAVILLE

Quadra.....: 04

Lote.....: 15.2

Área do Terreno.....: 6000.00

Área da Edificação..: 102.45

TRIBUTOS E PERÍODOS

Imposto Predial e Territorial Urbano .

CERTIFICAMOS, de ordem da Secretaria de Finanças, a pedido da parte interessada e à vista das informações, que referente ao imóvel acima identificado, NÃO EXISTE DÉBITO EM ABERTO nesta Prefeitura, débito inscrito ou não em dívida ativa, referente ao(s) tributo(s) acima indicado(s) , até a presente data.

CERTIFICAMOS, outrossim, que fica ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município na cobrança de débitos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos indicados nesta certidão.

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA DIAS.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço: http://www.barueri.sp.gov.br Certidão expedida gratuitamente. Aprovado pelo Decreto nº 5635, de 25/01/2005	Informações para Verificação de Autenticidade Nº de Inscrição : 23211.31.48.1484.01.343.3 Código de autenticidade : 073E.5883.4394.2956107-P Data de emissão : 16/03/2021 Hora de emissão : 09:42:53
---	---



Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento Técnico de Tributos Mobiliários

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 07642/2021i (REEMISSÃO)

Razão Social.....: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI - ME
CNPJ/CPF Nº.....: 25.165.749/0001-10
Inscrição Atual.....: 4.80842-0
Logradouro.....: ALAMEDA RIO NEGRO
Nº Atual.....: 503
Complemento.....: Andar Sala 1803
Bairro.....: ALPHAVILLE CENTRO INDUSTR E EMPR / ALPHAVILLE
Cidade.....: BARUERI
CEP.....: 06454000

TRIBUTOS E PERÍODOS

Imposto sobre serviços de qualquer natureza e taxas mobiliárias

CERTIFICAMOS, de ordem da Secretaria de Finanças, a pedido da parte interessada e à vista das informações, que em nome do contribuinte acima identificado, NÃO EXISTE DÉBITO EM ABERTO nesta Prefeitura, débito inscrito ou não em dívida ativa, com relação ao(s) tributo(s) acima indicado(s), até a presente data .

CERTIFICAMOS, outrossim, que fica ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município na cobrança de débitos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos indicados nesta certidão.

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA DIAS.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço:
<http://www.barueri.sp.gov.br>
Certidão expedida gratuitamente.
 Aprovado pelo Decreto nº 5635, de 25/01/2005

Informações para Verificação de Autenticidade

Nº de Inscrição :	4.80842-0
Código de autenticidade :	1170.3157.5546.2610407-C
Data de emissão :	08/03/2021
Hora de emissão :	10:50:37

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 25.165.749/0001-10

Razão Social: NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI EPP

Endereço: AL RIO NEGRO 503 SALA 1803 / ALPHAVILLE CENTRO I / BARUERI / SP / 06454-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/03/2021 a 24/04/2021

Certificação Número: 2021032601550425428120

Informação obtida em 26/03/2021 14:37:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 25.165.749/0001-10

Certidão nº: 171058/2021

Expedição: 05/01/2021, às 14:43:52

Validade: 03/07/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.165.749/0001-10**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOAO LUIS DE CASTRO

CPF: 221.353.808-57

Certidão nº: 7252642/2021

Expedição: 25/02/2021, às 17:02:59

Validade: 23/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOAO LUIS DE CASTRO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **221.353.808-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO N°: 7577787

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 15/03/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIRELI, CNPJ: 25.165.749/0001-10, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 16 de março de 2021.

PEDIDO N°:

0006815839





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO N°: 6788937

FOLHA: 1/2

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 07/02/2021, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIRELI, CNPJ: 25.165.749/0001-10, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

As seguintes distribuições:*****

SÃO PAULO

» Foro Central - Fazenda Pública/Accidentes - 1ª Vara de Fazenda Pública. Processo: 1000242-10.2018.8.26.0228. Ação: Mandado de Segurança Cível. Assunto: Atos Administrativos. Data: 09/01/2019. Imptte: Enzo Fernando Aguiar Catto.*****

BARUERI

» Foro de Barueri - 5ª Vara Cível. Processo: 1004938-16.2020.8.26.0068. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Prestação de Serviços. Data: 08/04/2020. Exeqte: Auto Posto Formula 3 Ltda.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e as filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

PEDIDO N°:

0005824513





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 6788937

FOLHA: 2/2

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2021.



PEDIDO N°:

0005824513



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 25.165.749/0001-10

Número de Ordem do Livro: 4

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI
NIRE	35601453386
CNPJ	25.165.749/0001-10
Número de Ordem	4
Natureza do Livro	DIÁRIO
Município	BARUERI
Data do arquivamento dos atos constitutivos	08/07/2016
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2019
Quantidade total de linhas do arquivo digital	16547

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI
Natureza do Livro	DIÁRIO
Número de ordem	4
Quantidade total de linhas do arquivo digital	16547
Data de inicio	01/01/2019
Data de término	31/12/2019

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F3.5C.94.C5.6A.63.BF.7F.53.6B.F9.EF.CC.20.48.3A.3F.55.F9.3E-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 25.165.749/0001-10

Número de Ordem do Livro: 4

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 2.480.482,65	R\$ 9.168.831,33
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 2.474.484,65	R\$ 9.073.196,00
DISPONÍVEL		R\$ 2.267.765,10	R\$ 8.634.789,56
BENS NUMERÁRIOS		R\$ 0,00	R\$ 1.710,00
CAIXA		R\$ 0,00	R\$ 1.710,00
DEPOSITOS BANCÁRIOS		R\$ 307.795,81	R\$ 7.468.156,49
BANCO ITAU		R\$ 0,00	R\$ 100,00
BANCO DO BRASIL		R\$ 0,00	R\$ 2.627.569,62
BANCO ITAU-REPASSE REDE AG 1565 Cc318506		R\$ 288.483,87	R\$ 181.044,89
BANCO SANTANDER- C/C 13-001096- 5_EMPRESA		R\$ 19.311,94	R\$ 56.154,74
CONTA SANTANDER _ REPASSE CREDENCIADOS		R\$ 0,00	R\$ 2.031,73
APLICACAO SANTANDER _REPASSE CREDENCIADO		R\$ 0,00	R\$ 4.601.255,51
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 1.959.969,29	R\$ 1.164.923,07
APLICACAO BANCO DO BRASIL		R\$ 1.831.969,29	R\$ 1.158.179,97
APLICAÇÃO BANCO BRASIL CDB_DI		R\$ 128.000,00	R\$ 6.743,10
VALORES A RECEBER		R\$ 181.394,74	R\$ 412.971,40
CLIENTES		R\$ 56.310,00	R\$ 127.079,23
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 56.310,00	R\$ 127.079,23
ADIANTAMENTOS DIVERSOS		R\$ 0,00	R\$ 9.164,22
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ 6.727,02
ADIANTAMENTO 13 SALARIO		R\$ 0,00	R\$ 2.437,20
OUTRAS CONTAS A RECEBER		R\$ 125.084,74	R\$ 276.727,95
REPASSE A RECEBER (ORGÃOS / CLIENTES)		R\$ 125.084,74	R\$ 276.727,95
VALORES E CRÉDITOS RECUPERÁVEIS		R\$ 25.324,81	R\$ 25.435,04
TRIBUTOS RECUPERÁVEIS		R\$ 25.324,81	R\$ 25.435,04
IRRF A COMPENSAR		R\$ 7.200,00	R\$ 7.200,00
CSLL RETIDO NA FONTE A COMPENSAR		R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00
PIS RETIDO NA FONTE A COMPENSAR		R\$ 2.371,29	R\$ 2.411,47
COFINS RETIDO NA FONTE A COMPENSAR		R\$ 10.953,52	R\$ 11.023,57
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 5.998,00	R\$ 95.635,33
VALORES REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		R\$ 4.200,00	R\$ 8.813,00
DEPÓSITOS E CAUÇÕES		R\$ 4.200,00	R\$ 8.813,00
CAUÇÃO ALUGUEL		R\$ 4.200,00	R\$ 8.813,00
IMOBILIZADO		R\$ 1.798,00	R\$ 86.822,33
BENS		R\$ 1.860,00	R\$ 86.884,33
MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 12.112,84
VEÍCULOS		R\$ 0,00	R\$ 41.000,03
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA		R\$ 1.860,00	R\$ 33.771,46
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R\$ (62,00)	R\$ (62,00)
(-) (-) DEPREC ACUM EQUIPTOS DE INFORMATICA		R\$ (62,00)	R\$ (62,00)
PASSIVO		R\$ 2.480.482,65	R\$ 9.168.831,33
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 1.064.649,35	R\$ 5.145.291,46
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		R\$ 1.064.649,35	R\$ 5.145.291,46
FORNECEDORES		R\$ 63.846,64	R\$ 44.450,25
SND DISTRIBUICAO PRODUTOS INFORMATICA A		R\$ 0,00	R\$ 1.872,28
MULTICAMP TELECOMUNICACOES LTDA		R\$ 4.566,55	R\$ 0,00
ALGAR TELECOM LTDA		R\$ 0,00	R\$ 14.400,45
WILL CONS E PART S C LTDA		R\$ 0,00	R\$ 6.542,52
TIM TELEFONIA MOVEL S/A		R\$ 0,00	R\$ 1.409,02
CESVI-BRASIL SEGUR VIARIA LTDA		R\$ 11.166,09	R\$ 20.225,98
TOTAL OFFICE COMERC MOVEIS ESCRIT LTDA		R\$ 48.114,00	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 215.009,46	R\$ 731.854,62
PIS A RECOLHER		R\$ 3.950,22	R\$ 21.580,27
COFINS A RECOLHER		R\$ 17.184,96	R\$ 99.265,21
ISS A RECOLHER		R\$ 6.041,55	R\$ 42.973,54
IRRF A PAGAR		R\$ 2.644,96	R\$ 15.186,76
CSLL A RECOLHER		R\$ 50.608,53	R\$ 142.947,70
IRPJ A RECOLHER		R\$ 134.579,24	R\$ 385.841,04
RETENÇÃO PIS/COFINS/CSLL A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 24.060,10
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS/PREVIDENCIÁRIAS		R\$ 37.771,23	R\$ 57.680,37
PRO LABORE A PAGAR		R\$ 10.134,40	R\$ 4.753,67
INSS A RECOLHER		R\$ 22.457,84	R\$ 41.613,07
FGTS A RECOLHER		R\$ 5.178,99	R\$ 11.313,63
(-) PROVISÕES		R\$ (1.544,39)	R\$ (1.544,39)
(-) PROVISÃO DE FÉRIAS		R\$ (1.544,39)	R\$ (1.544,39)
CONTAS A PAGAR		R\$ 749.566,41	R\$ 4.312.850,61
ALUGUEIS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 9.595,77
REPASSE A PAGAR (CREDENCIADOS)		R\$ 749.566,41	R\$ 4.297.735,41
TELEFONE A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 1.299,00
CONDOMINIO - A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 2.141,54
CARTÓRIO - A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 2.078,89
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1.415.833,30	R\$ 4.023.539,87
CAPITAL SOCIAL		R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.000.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.000.000,00
(-) RESULTADOS ACUMULADOS		R\$ (7.467,88)	R\$ (620.499,62)
(-) (-) ADIANTAMENTO DISTR. DE LUCRO		R\$ (7.467,88)	R\$ (620.499,62)
(-) (-) DISTR. DE LUCRO JOAO LUIS DE CASTRO		R\$ (7.467,88)	R\$ (620.499,62)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 423.301,18	R\$ 1.644.039,49
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 423.301,18	R\$ 1.644.039,49
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 423.301,18	R\$ 1.644.039,49

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F3.5C.94.C5.6A.63.BF.7F.53.6B.F9.EF.CC.20.48.3A.3F.55.F9.3E-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.2 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 25.165.749/0001-10

Número de Ordem do Livro: 4

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	Nota	Valor Inicial	Valor Final
RECEITAS		R\$ 3.067.575,79	R\$ 12.793.632,90
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 3.386.515,68	R\$ 13.805.583,75
RECEITA BRUTA		R\$ 3.386.515,68	R\$ 13.805.583,75
VENDA BRUTA		R\$ 3.386.515,68	R\$ 13.805.583,75
RECEITA DE SERVIÇOS		R\$ 3.386.515,68	R\$ 13.805.583,75
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS		R\$ (318.939,89)	R\$ (1.012.682,41)
(-) DEDUÇÕES E ABATIMENTOS DAS VENDAS		R\$ (318.939,89)	R\$ (1.012.682,41)
(-) DEDUÇÕES E ABATIMENTOS		R\$ (318.939,89)	R\$ (1.012.682,41)
(-) ISS S/ VENDAS		R\$ (66.844,14)	R\$ (276.559,96)
(-) PIS S/ FATURAMENTO		R\$ (45.152,66)	R\$ (131.303,01)
(-) COFINS S/ FATURAMENTO		R\$ (206.943,09)	R\$ (604.819,44)
RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 731,56
RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 731,56
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 731,56
JUROS RECEBIDOS		R\$ 0,00	R\$ 0,03
RENDIMENTO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 731,53
(-) DESPESAS		R\$ (2.177.603,98)	R\$ (9.572.894,59)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (1.735.564,26)	R\$ (8.167.494,64)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (1.735.564,26)	R\$ (8.167.494,64)
(-) DESPESAS COMERCIAIS/ADMINISTRATIVAS		R\$ (1.711.177,65)	R\$ (8.145.403,36)
(-) SERVICOS CONTABEIS E ADVOCATICIOS		R\$ (32.050,00)	R\$ (18.647,28)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (419.688,33)	R\$ (806.977,88)
(-) AVISO PREVIO, INDENIZACOES E FERIAS		R\$ (24.630,18)	R\$ (58.734,18)
(-) 13º SALÁRIO		R\$ (35.477,20)	R\$ (62.339,91)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R\$ (5.820,00)	R\$ (5.820,00)
(-) INSS		R\$ (194.362,66)	R\$ (409.354,46)
(-) FGTS		R\$ (39.451,48)	R\$ (79.198,65)
(-) ASSISTÊNCIA MÉDICA		R\$ (39.201,63)	R\$ (136.282,18)
(-) PUBLICIDADE E PROPAGANDA		R\$ (0,00)	R\$ (2.592,00)
(-) FRETES E CARRETOS DIVERSOS		R\$ (0,00)	R\$ (8.510,83)
(-) SEGUROS		R\$ (80.813,63)	R\$ (164.883,26)
(-) DESPESAS DE VIAGENS		R\$ (109.377,88)	R\$ (445.410,33)
(-) TELEFONE		R\$ (111.545,56)	R\$ (272.074,56)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R\$ (3.638,26)	R\$ (11.603,14)
(-) ÁGUA		R\$ (510,00)	R\$ (1.442,38)
(-) DESPESAS POSTAIS		R\$ (32.304,95)	R\$ (123.364,48)
(-) IMPRESSOS E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO		R\$ (128,50)	R\$ (5.453,06)
(-) ALUGUÉIS		R\$ (41.685,07)	R\$ (109.832,61)
(-) INTERNET		R\$ (60.547,04)	R\$ (23.289,71)
(-) MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E INSTALAÇÕES		R\$ (1.535,00)	R\$ (25.321,76)
(-) ASSOCIACAO DE CLASSES		R\$ (2.772,43)	R\$ (5.374,95)
(-) CONSERVACAO E REPAROS		R\$ (41.047,02)	R\$ (7.311,71)
(-) DESPESAS C/ VEICULOS		R\$ 662,02	R\$ (2.669,41)
(-) DESPESAS DE CONSUMO INTERNO		R\$ (0,00)	R\$ (410,00)
(-) TREINAMENTO		R\$ 171,68	R\$ (0,00)
(-) CONDOMINIO		R\$ (14.796,74)	R\$ (22.908,16)
(-) MOVEIS UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS		R\$ (62.141,00)	R\$ (9.314,71)
(-) MARCAS E PATENTES		R\$ (10.100,94)	R\$ (2.317,71)
(-) MATERIAL DE LIMPEZA		R\$ (0,00)	R\$ (7.281,14)
(-) MATERIAL DE CONSUMO		R\$ (0,00)	R\$ (392,96)
(-) REFEICOES		R\$ (0,00)	R\$ (6.396,00)
(-) PRO-LABORE		R\$ (160.804,80)	R\$ (182.560,26)
(-) XEROX, AUTENTICACOES E OUTROS		R\$ (33.541,83)	R\$ (48.220,44)
(-) VALE TRANSPORTE		R\$ (3.453,55)	R\$ (9.247,73)
(-) LOCACAO PARA FEIRA E EXPOSICOES		R\$ (0,00)	R\$ (260,00)
(-) LOCACAO DE VEICULOS		R\$ (1.226,88)	R\$ (2.083,20)
(-) LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (2.660,72)	R\$ (8.539,29)
(-) RESCISÕES TRABALHISTAS		R\$ (0,00)	R\$ (14.478,56)
(-) DESPESAS C/ CONFRATERNIZACOES		R\$ (4.576,00)	R\$ (0,00)
(-) LOCACAO E MANUTENCAO SOFTWARE		R\$ (97.311,29)	R\$ (169.484,47)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS - PJ		R\$ (0,00)	R\$ (4.863.315,96)
(-) GRAFICA E IMPRESSOS		R\$ (44.556,38)	R\$ (34.712,00)
(-) RECRUTAMENTO E SELECAO		R\$ (254,40)	R\$ (0,00)
(-) INFORMATICA - HARDWARE		R\$ (0,00)	R\$ (27.272,69)
(-) SEGURO DE VIDA		R\$ (0,00)	R\$ (562,97)
CORP TRAVEL AG VIAGENS TURISMO LTDA		R\$ (0,00)	R\$ 50.843,62
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (8.661,10)	R\$ (8.941,66)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (3.144,88)	R\$ (4.573,39)
(-) CUSTAS - TAXAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS		R\$ (5.516,22)	R\$ (4.368,27)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (15.725,51)	R\$ (12.993,44)
(-) JUROS PAGOS		R\$ (4.985,45)	R\$ (8.670,93)
(-) DESPESAS BANCÁRIAS		R\$ (10.335,85)	R\$ (4.281,44)
(-) DESPESAS C/ IOF		R\$ (404,21)	R\$ (41,07)
(-) DESPESAS NAO DEDUTIVEIS		R\$ (0,00)	R\$ (156,18)
(-) MULTAS		R\$ (0,00)	R\$ (156,18)
(-) PROVISÕES PARA IRPJ E CSLL		R\$ (429.717,37)	R\$ (1.405.399,95)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (429.717,37)	R\$ (1.405.399,95)
(-) PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA		R\$ (311.203,95)	R\$ (1.025.879,05)
(-) IMPOSTO DE RENDA DO EXERCÍCIO		R\$ (311.203,95)	R\$ (1.025.879,05)
(-) PROVISÃO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R\$ (118.513,42)	R\$ (379.520,90)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO EXERCÍCIO		R\$ (118.513,42)	R\$ (379.520,90)
(-) DISTRIBUICAO DE LUCROS		R\$ (12.322,35)	R\$ (0,00)
(-) DISTRIBUICAO DE LUCROS		R\$ (12.322,35)	R\$ (0,00)
(-) DISTRIBUICAO DE LUCROS		R\$ (12.322,35)	R\$ (0,00)
(-) DISTRIBUICAO DE LUCROS		R\$ (12.322,35)	R\$ (0,00)
(=) TOTAL DO LUCRO DO PERÍODO		R\$ 889.971,81	R\$ 3.220.738,31

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número F3.5C.94.C5.6A.63.BF.7F.53.6B.F9.EF.CC.20.48.3A.3F.55.F9.3E-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.2 do Visualizador

Página 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35601453386	CNPJ 25.165.749/0001-10	
NOME EMPRESARIAL NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 4
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) F3.5C.94.C5.6A.63.BF.7F.53.6B.F9.EF.CC.20.48.3A.3F.55.F9.3E	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	06858951814	FATIMA MENZZANO:0685895181	377348105166581955 4	13/06/2019 a 12/06/2020	Não
Titular Pessoa Física - EIRELI	22135380857	JOAO LUIS DE CASTRO:22135380857	132848575790623931 687249389595160272 515	31/03/2020 a 31/03/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

F3.5C.94.C5.6A.63.BF.7F.53.6B.F9.EF.
CC.20.48.3A.3F.55.F9.3E-9

Escrivaturação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 24/04/2020 às 15:14:29

84.E9.2F.65.71.25.B7.CB
B0.AB.07.E3.03.CB.0A.15

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI
CNPJ: 25.165.749/0001-10 Nire: 35601453386 Scp:
Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019
Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário
Natureza do Livro: DIÁRIO
Identificação do arquivo(hash): F3.5C.94.C5.6A.63.BF.7F.53.6B.F9.EF.CC.20.48.3A.3F.55.F9.3E-

Consulta Realizada em: 27/04/2020 12:18:02

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escruturação com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

 NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI

 CNPJ: 25.165.749/0001-10
 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 206.447.728.118

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Nota 1 - Contexto Operacional

A Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli - é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Barueri no Estado de São Paulo, Brasil, e tem como principais operações a emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares, assessoria, consultoria, agenciamento, corretagem e intermediação.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 11.638/2007.

Nota 3 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

3.1 - Caixa e Equivalente de Caixa

3.1.1 Os valores em caixa e em bancos são demonstrados pelos valores líquidos.

3.1.2 - Os valores de aplicação financeira a curto prazo são demonstrados com o reconhecimento dos juros pelo princípio da competência até a data do encerramento do Balanço Patrimonial, representam recursos com livre movimentação de acordo com as políticas da empresa.

3.2 - Adiantamento a Fornecedores

Representam valores pagos antecipadamente a fornecedores e prestadores de serviços.

3.3 - Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo de aquisição. São bens destinados a manutenção das atividades desta empresa refletem seu valor adequado de mercado na data do encerramento do Balanço Patrimonial.

3.4 - Fornecedores

São obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios com prazo médio de pagamento em torno de 30 dias.

3.5 - Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social

Refere-se ao encargo do Imposto de Renda e da Contribuição Social calculado pela forma de tributação do Lucro Real pelo Regime da Competência.

3.6 - Receitas, Despesas e Custos

Essa empresa adota como prática o registro de suas contas de resultados pelo princípio da competência independente do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Nota 4 - Informações Auxiliares dos Itens Apresentados

4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa	R\$	1.710,00
Banco	R\$	8.633.079,56
Total	R\$	8.634.789,56

4.2 - Ativo Imobilizado

	Custo de Aquisição
Máquinas e Equipamentos	R\$ 12.112,84
Veículos	R\$ 41.000,03
Imóveis	R\$ 0,00
Equipamentos de Informática	R\$ 33.709,46
Total	R\$ 86.822,33

4.3 - Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social da empresa perfaz o valor de R\$ 3.000.000,00 e distribuído em quotas com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. As quotas são distribuídas entre o sócio João Luís de Castro, na proporção de 100%.

<u>Capital</u>	
Total	R\$ 3.000.000,00
Integralizado – João Luís de Castro	R\$ 3.000.000,00
A Integralizar	R\$ 0,00
<u>Patrimônio Líquido</u>	R\$ 4.023.539,87

Receitas

Neo Consultoria, obteve em seu ramo de atividade, no exercício de 2019, receitas no montante de R\$ 13.805.583,75, referentes a administração de seus contratos, junto a seus clientes/órgãos.

INDICADORES CONTABEIS – 2019

Ativo Total	R\$ 9.168.831,33
Ativo Circulante	R\$ 9.073.196,00
Realizável Longo Prazo	R\$ 8.813,00
Passivo Circulante	R\$ 5.145.291,46
Exigível Longo Prazo	R\$ 0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 4.023.539,87
Capital Social	R\$ 3.000.000,00

Barueri/SP, 22 de Abril de 2020.

RECONHECIMENTO NO VERSO

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI
CNPJ, nº 25.165.749/0001-10
João Luís de Castro – Sócio Proprietário
RG 33.028.861/SSP-SP / CPF/MF 221.353.808-57

FATIMA MENZZANO
Contadora
CPF: 068.589.518-14 - CRC: ISP 143.416/0-7

 CARTÓRIO DO DISTRITO DE BARÃO GERALDO	José Maria de Almeida Cesar Oficial - Tabajão	Rua Nura Mussi de Camargo Penteado, 22 Barão Geraldo Campinas SP Fone: (19) 3749-7533 cartorio.bog.uol.com.br www.CartorioBog.com.br
RECONHEÇO por semelhança/assinatura(s) desse FATHIMA HIERONIMO Campinas, 27 De abril De 2020. EM TESTIMONIO DA VERDADE.		
DAVI DIAS BARBOSA - ESCREVENTE AUTORIZADO Custas/R\$ 6,55 - Carimbo: 2883864 Selos(s): 070194-SIMM - BEM VALOR ECONOMICO		
ALIADO SOMENTE COM PROVÉO DE AUTENTICIDADE BEM ENMEMBRADO 		





INDICES CONTÁBEIS GERENCIAIS – 2019

- Índice de Liquidez Geral: $AC+RLP = \underline{9.073.196,00 + 8.813,00} = 1,77$
- $PC +PNC \quad 5.145.291,46 + 0,00$
-

- Índice de Liquidez Corrente: $AC = \underline{9.073.196,00} = 1,76$
- $PC \quad 5.145.291,46$
-
-
- Índice de Solvência Geral: Ativo Total = 9.168.831,33 = 1,76
- $PC +PNC \quad 5.145.291,46 + 0,00$
-
- Índice de Liquidez Seca: $AC - Estoque = \underline{9.073.196,00 - 0,00} = 1,76$
- $PC \quad 5.145.291,46$

- Índice de Endividamento Total: Exigível Total (PC+PELP) = 5.145.291,46 + 0,00 = 0,56
- Ativo Total 9.168.831,33

- Garantia de Capital de Terceiros: Patrimônio Líquido = 4.023.539,87 = 0,78
- Exigível Total (PC+PELP) 5.145.291,46

Obs. Salientando que o montante faturado pela empresa no exercício, junto a seus clientes/órgãos, não se considera "recepção". A taxa de administração praticada, junto a seus "credenciados", que considera-se como efetiva "recepção", resultante do negócio.

Barueri/SP, 22 de Abril de 2020

**RECONHECIMENTO
NO VERSO**

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI
CNPJ, nº 25.165.749/0001-10
João Luís de Castro – Sócio Proprietário
RG 33.028.861/SSP-SP / CPF/MF 221.353.808-57

CARTÓRIO
B. GERALDO

FATIMA MENZZANO
Contadora
CPF: 068.589.518-14 - CRC: 1SP 143.416/0-7



RECONHECIMENTO
DE AUTORIDADE



CONTABIL

Demonstração de Resultado Abrangente

0004 NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI

CNPJ: 25.165.749/0001-10

FOLHA: 000001

DATA: 22/04/2020

PERÍODO: 12/2019

12/2019

Resultado líquido do período	3.220.738,31
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00
Realização de reserva de reavaliação	0,00
Ajustes de exercícios anteriores	0,00
Ajustes de conversão cambial	0,00
Parcela dos outros resultados abrangentes de coligadas	0,00
(=) Resultado abrangente do exercício:	3.220.738,31
Resultados abrangentes totais do período atribuíveis:	
Participação de sócios controladores	0,00
Participação de sócios não controladores	0,00

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2019 conforme documentação apresentada.

CARTÓRIO
B. GERALDO

JOAO LUIS DE CASTRO
FUNÇÃO: SÓCIO-DIRETOR
RG: 33.028.861 SSP/SP
CPF: 221.353.808-57

FATIMA MENZZANO
FUNÇÃO: CONTADOR
CPF: 068.589.518-14
CT/CRC: 1SP143416/O-7



Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

0004 NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI

CNPJ: 25.165.749/0001-10

FOLHA: 000002

DATA: 31/12/2019

MÊS/ANO: 12/2019

DESCRIÇÃO		31/12/2019	31/12/2018
(+)	Saldo do Início do Período _____	423.301,18 C	0,00
(+)	Ajustes Credores de Exercícios Anteriores _____	0,00	0,00
(+)	Correção Monetária do Saldo Inicial _____	0,00	0,00
(+)	Reversões de Reservas * Reservas de Contingência _____	0,00	0,00
	* Reservas de Lucros a Realizar _____	0,00	0,00
(+)	Outros Recursos _____	0,00	0,00
(+/-)	Lucro Líquido do Período _____	3.220.738,31 C	889.971,81 C
(-)	Saldo Anterior de Prejuízos Acumulados _____	0,00	66.670,63 D
(-)	Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores _____	0,00	0,00
(+/-)	Prejuízo Líquido do Período _____	0,00	0,00
(=)	TOTAL _____	3.644.039,49 C	823.301,18 C
DESTINAÇÕES			
(-)	Transferência para Reservas _____	0,00	0,00
(-)	Dividendos ou Lucros Distribuídos Pagos ou Creditados _____	0,00	0,00
(-)	Parcela dos Lucros Acumulados Incorporados ao Capital _____	2.000.000,00 D	400.000,00 D
(-)	Outras Destinações _____	0,00	0,00
(=)	TOTAL _____	2.000.000,00 D	400.000,00 D
(=)	Lucros ou Prejuízos Acumulados _____	1.644.039,49 C	423.301,18 C

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2019 conforme documentação apresentada.

JOAO LUIS DE CASTRO
FUNÇÃO: SOCIO-DIRETOR
RG: 33.028.861 SSP/SP
CPF: 221.353.808-57

FATIMA MENZZANO
FUNÇÃO: CONTADOR
CPF: 068.589.518-14
CT/CRC: 1SP143416/O-7



CONTABIL

Demonstração do Valor Adicionado

0004 NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI
CNPJ: 25.165.749/0001-10

FOLHA: 000001
DATA: 22/04/2020
PERÍODO: 12/2019
(Em Reais)

2019

1 - RECEITAS

1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	13.805.583,75
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)	0,00
1.3) Não operacionais	731,56

2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS)

2.1) Matérias-primas consumidas	0,00
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	(6.590.087,62)
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	0,00
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	0,00

3 - VALOR ADICIONADO BRUTO

7.216.227,69

4 - RETENÇÕES

4.1) Depreciação, amortização e exaustão 0,00

5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE 7.216.227,69

6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA

6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0,00
6.2) Receitas financeiras	0,00

7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR

7.216.227,69

8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

8.1) Pessoal e encargos	1.431.672,81	20%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	2.418.082,36	34%
8.3) Juros e aluguéis	145.734,21	2%
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	0,00	0%
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	3.220.738,31	45%
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	7.216.227,69	100%

JOAO LUIS DE CASTRO
FUNÇÃO: SOCIO-DIRETOR
RG: 33.028.861 SSP/SP
CPF: 221.353.808-57

FATIMA MENZZANO
FUNÇÃO: CONTADOR
CPF: 068.589.518-14
CT/CRC: 1SP143416/O-7



CONTABIL

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

0004 NEO CONSULTORIA E ADM DE BENEFICIOS EIRELI
CNPJ: 25.165.749/0001-10

FOLHA: 000001
DATA: 22/04/2020
PERÍODO: 12/2019
(Em Reais)

	2019	2018
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
a) RECEBIMENTO DE CLIENTES:		
(+) Saldo final de Clientes (ano anterior)	181.394,74	221.633,53
(+) Vendas (ano atual)	258.093.897,15	84.602.223,45
(-) Saldo final de Clientes (ano atual)	412.971,40	181.394,74
(=) TOTAL DE RECEBIMENTO DE CLIENTES	257.862.320,49	84.642.462,24
b) PAGAMENTO DE FORNECEDORES:		
(+) Saldo final de Fornecedores (ano anterior)	1.064.649,35	501.257,66
(+) Compras (ano atual)	268.738.771,94	87.659.047,44
(-) Saldo final de Fornecedores (ano atual)	5.145.291,46	1.064.649,35
(=) TOTAL DE PAGAMENTO A FORNECEDORES	264.658.129,83	87.095.655,75
c) PAGAMENTOS DIVERSOS:		
Adiantamento a Terceiros	0,00	0,00
Pagamento de Contas a Pagar	0,00	0,00
Pagamento de IRPJ/CSLL (ano anterior)	0,00	0,00
Impostos sobre as Vendas	0,00	0,00
Despesas Administrativas, Vendas e Gerais	0,00	0,00
Despesas Financeiras	0,00	0,00
(=) TOTAL DE PAGAMENTOS DIVERSOS	0,00	0,00
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	522.520.450,32	171.738.117,99
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado	0,00	0,00
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de Empréstimos Bancários	0,00	0,00
Aumento de Capital	2.000.000,00	600.000,00
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	2.000.000,00	600.000,00
(1+2+3) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	524.520.450,32	172.338.117,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO ANO	2.267.765,10	581.542,81
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	6.367.024,46	1.686.222,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO ANO	8.634.789,56	2.267.765,10

JOAO LUIS DE CASTRO
FUNÇÃO: SOCIO-DIRETOR
RG: 33.028.861 SSP/SP
CPF: 221.353.808-57

FATIMA MENZZANO
FUNÇÃO: CONTADOR
CPF: 068.589.518-14
CT/CRC: 1SP143416/O-7



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

 CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO			
Certidão nº: 2021/001778			
Nome: FATIMA MENZZANO			
Registro: SP-143416/0-7	Categoria: CONTADORA	CPF/CNPJ: 068.589.518-14	
Validade: 06/04/2021			
Finalidade: Atendimento à Lei 5.307/86 (Prestação de Contas)			

Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção
Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 6914.7558.8929.5186





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 25.165.749/0001-10 DUNS®: 944805786
Razão Social: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **21/04/2021**
Natureza Jurídica: **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**
MEI: **Não**
Porte da Empresa: **Demais**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Litar: **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	02/08/2021
FGTS	Validade:	05/04/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	05/09/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	18/07/2021
Receita Municipal	Validade:	07/04/2021

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2021**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI - EPP**, CNPJ: 25.165.749/0001-10, estabelecida Alameda Rio Negro, Nº 503- 18º Andar- Sala 1803- Bairro: Alphaville- Barueri/SP, presta para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Superintendência Estadual do Espírito Santo, CNPJ 34.028.316/0012-66, situada na Avenida Jerônimo Monteiro, Nº 310- Centro - Vitória/ ES -CEP: 29002-900, os serviços abaixo especificados:

- **Contrato Nº:** 029/2019;
- **Vigência:** 08/02/2019 A 08/08/2021;
- **Pregão:** 18000178/2018 - SE/ES
- **Valor Global:** R\$ 4.934.157,39 (Quatro milhão novecentos e trinta e quatro mil cento e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos);
- **Serviços executados:** Prestação de serviço de gerenciamento informatizado da manutenção de veículos automotivos dos Correios.
- **Quantidades de veículos:** 659 (seiscentos e cinquenta e nove)

As especialidades a serem atendidas pela rede credenciada são:

- a) Mecânica Geral – Motocicletas (mecânica e elétrica);
- b) Mecânica Geral – Leves (mecânica e elétrica);
- c) Mecânica Geral – Pesados (mecânica e elétrica);
- d) Lanternagem e Pintura – Leves;
- e) Lanternagem e Pintura – Pesados;
- f) Manutenção Leve/Serviço Expresso;
- g) Montagem de Pneus, Cambagem, Alinhamento de Direção e Balanceamento de Rodas;
- h) Aplicação de Peças, Partes, Componentes e Acessórios;
- i) Serviço Elétrico e de Baterias;
- j) Serviço de Lavagem de Veículos; k) Serviço de Borracharia;
- l) Serviço de Guincho;
- m) Reparos em Carrocerias e Baús de Veículos Pesados;
- n) Reparo de Sistema de Roletes Pneumáticos de Piso de Baú Veículos Pesados;
- o) Reparo de Plataforma Elevatória de Carga de Veículos Pesados;
- p) Capotaria/Tapeçaria/Estofaria (reparo de estofamento, volante, forração interna).

Atestamos ainda que os serviços estão sendo realizados de forma satisfatória e em conformidade com as descrições técnicas previstas no contrato, não havendo fatos que desabonem a conduta e responsabilidade da referida empresa com as obrigações assumidas.

São Paulo, 15 de Julho de 2020.

(assinado eletronicamente)

EDUARDO SALLES NUNES DE SOUZA

Coordenador de Gestão Administrativa de Contratos - GEGEC/SPM

/dafd



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Salles Nunes de Souza, Gerente Atividade - CTC TP IV - G1**, em 17/07/2020, às 07:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15857380** e o código CRC **96D08BB1**.



ANEXO 1

CONTRATO Nº 29/2019

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INFORMATIZADO DA
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS DOS CORREIOS**CONTRATANTE:EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS SE/SPM**

CNPJ: 34.028.316/0031-29

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 112.388.853-119

ENDEREÇO: RUA MERGENTHALER, 592 - VILA LEOPOLDINA - SÃO PAULO/SP

CEP: 05311-900

TELEFONE: (11) 4313-8501

E-MAIL: gegecspm@correios.com.br

REPRESENTANTE (S):

AUTORIDADE COMPETENTE 1: CRISTIANE SIMONE TRIPODI ARAÚJO

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 25.539.219-9 - SSP/SP

CPF: 276.326.278-39

AUTORIDADE COMPETENTE 2: CARLOS DOS SANTOS

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 14.498.340-0 SSP/SP

CPF: 063.478.098-00

CONTRATADA: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI - EPP

CNPJ: 25.165.749/0001-10

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 206.447.728.118

ENDEREÇO: ALAMEDA RIO NEGRO, Nº 503 - 18º ANDAR - SALA 1803 - BAIRRO ALPHAVILLE - BARUERI/SP

CEP: 06454-000

TELEFONE: (11) 3631-7730

E-MAIL: licitacao@neofacilidades.com.br

REPRESENTANTE(S):

NOME: FELIPE VERONEZ DE SOUSA

CARGO: PROCURADOR

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: RG 15.294.963 SSP/MG

CPF: 080.281.806-47

ENDEREÇO: ALAMEDA RIO NEGRO, Nº 503 - 18º ANDAR - SALA 1803 - BAIRRO ALPHAVILLE - BARUERI/SP - CEP 06454-000

TELEFONE: (11) 3631-7730

E-MAIL: licitacao@neofacilidades.com.br

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 A presente contratação tem como objeto a prestação do serviço de gerenciamento informatizado da manutenção de veículos automotivos dos Correios, conforme Especificação Técnica e demais condições deste Instrumento e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR E PREÇO

2.1. O valor global para o presente contrato é de R\$ 4.253.309,55 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e três mil, trezentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme descrito abaixo:

LOTE: ÚNICO

Item	Descrição	Desconto Ofertado (%)	Percentual Ofertado (%)	Valor Total do Item Com Desconto	Incidência do Percentual Sobre o Total Dos Valores Ofertados (R\$)
1.1	A - Aplicação de Peças e Partes Automotivas	0,00%	//////////	R\$ 3.030.259,98	//////////

1.2	B - Serviços de Manutenção (mão de obra)	0,00%	//////////	R\$ 1.578.375,35	//////////
1.3	C - Serviço de Gerenciamento	//////////	-7,71 %	//////////	R\$ - 355.325,78
VALOR GLOBAL (1.1 + 1.2 + 1.3)					R\$ 4.253.309,55

2.1.1. O Valor Global deste contrato corresponderá ao somatório das parcelas de Manutenção Veicular com desconto (A + B) e Serviço de Gerenciamento (C), sendo que:

2.1.1.1. Manutenção Veicular: correspondente aos gastos com aplicação de peças e partes automotivas e o serviço de manutenção (mão de obra), já com a incidência dos descontos.

2.1.1.2. Serviço de Gerenciamento: incidirá sobre o total mensal gasto com a Manutenção Veicular (já com a incidência dos descontos).

2.1.1.2.1. Na ocorrência de Serviço de Gerenciamento negativa, o respectivo percentual incidirá sob a forma de desconto no faturamento mensal gasto com a Manutenção Veicular (já com a incidência dos descontos).

2.2. Os valores das peças e partes automotivas e dos serviços de manutenção (mão de obra) deverão obedecer aos limites de preço à vista praticado nos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, com a incidência do desconto sobre peças e serviços quando estes forem indicados no item 2.1 deste Instrumento.

2.3. Nos preços estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, equipamentos e suprimentos, o fornecimento de dados, implantação e manutenção do sistema da rede, fornecimento de manuais de operação, credenciamento da rede de estabelecimentos, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Conforme descrito na Especificação Técnica.

3.2. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PRELIMINARES

3.2.1. Assinado este Contrato, como condição indispensável para a operacionalização do sistema a CONTRATADA deverá cumprir as seguintes obrigações preliminares:

a) Em até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e do recebimento da lista da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer as senhas de acesso aos empregados da CONTRATANTE;

b) Em até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e do recebimento da lista da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar o cadastro inicial dos veículos da CONTRATANTE;

c) Em até 30 (trinta dias) corridos, contados da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, em suas instalações, um representante para apresentar o sistema, com acesso on-line, com todas as funcionalidades previstas neste instrumento contratual e seus anexos, a partir daí considerando-se o sistema como instalado.

3.2.1.1. O prazo para credenciamento da rede de estabelecimento das unidades operacionais constantes do Apêndice A é, **cumulativamente**:

a) 30% em até 30 dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato;

b) 60% em até 60 dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato;

c) 100% em até 100 dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

3.3. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1. Os serviços serão prestados nos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, assim definidos na Especificação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL	
Conta Orçamentária	Descrição
14011.44403.140002	Reparos em Veículos - PES.JUR
14011.44403.140003	Taxa Gerenciamento Manutenção Veículo

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

5.1. O período de vigência do presente Contrato será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por igual período, limitado a 60 (sessenta) meses, sendo contado a partir da assinatura pela Autoridade Competente do Correios.

5.1.1. Havendo ou não interesse na prorrogação do Contrato, as partes se manifestarão expressamente em até 160 (cento e sessenta) dias antes do término da vigência contratual.

5.1.2. A prorrogação será realizada mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão deste Contrato será feita:

6.1.1 Por parte da CONTRATANTE:

ÁREA GESTORA OPERACIONAL: Gerência Regional de Operações - GEOPE/ES

TELEFONE: (27) 3334-3131

E-MAIL: geopees@correios.com.br

ÁREA GESTORA ADMINISTRATIVA: GEPEC/SPM

TELEFONE: (11) 4313-8500

E-MAIL: ccos-gcoms-spm@correios.com.br

6.1.2. Por parte da CONTRATADA:

NOME DO GESTOR: FELIPE VERONEZ DE SOUSA

TELEFONE: (11) 3631-7730

E-MAIL: licitacao@neofacilidades.com.br

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período desta contratação.

7.2 Executar os serviços em estrita observância aos detalhamentos constantes nas Condições Específicas deste Instrumento e seus Anexos.

7.3. Emitir documento fiscal VÁLIDO relativo ao serviço de gerenciamento, cujo percentual incidirá sobre o valor mensal da manutenção veicular, apresentando-o à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, o local da prestação do serviço, bem como destacar, se possível, o número e o objeto deste contrato.

7.3.1. Emitir fatura relativa à manutenção veicular, por Centro de Transporte Operacional – CTO, mensalmente, com demonstrativo do valor dos serviços prestados e valor das peças/acessórios/componentes aplicados no período, discriminando os respectivos documentos fiscais de cada estabelecimento emitente.

7.3.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal válido com o CNPJ da unidade de origem da prestação de serviço, desde que a unidade seja da mesma empresa que consta neste Instrumento e na Proposta econômica.

7.3.2.1. Os documentos fiscais relativos aos serviços de manutenção veicular, prestados pela rede credenciada, deverão ser emitidos em nome da CONTRATANTE.

7.3.3. Caso a CONTRATADA possua mais de uma contratação com a CONTRATANTE, deverá emitir documentos fiscais distintos.

7.3.4. No caso de Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – NF-e, a CONTRATADA deverá encaminhar, se for o caso, o(s) respectivo(s) arquivo(s) no formato XML para o e-mail documentoefiscal@correios.com.br

7.4. Caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA – ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP optante do SIMPLES NACIONAL, fica condicionada, na emissão dos documentos fiscais:

7.4.1. A inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, devendo constar, no campo destinado às informações complementares, ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, as expressões: “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”, para os casos de emissão de documentos não eletrônicos;

7.4.2. Nas notas fiscais eletrônicas devem constar, no campo destinado as informações complementares, as expressões: “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP PELO SIMPLES NACIONAL”;

7.4.3. Apresentar em duas vias a declaração constante no anexo IV da IN/RFB 1.234/2012 no ato da assinatura do contrato e/ou na prorrogação, caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL.

7.4.3.1. Quando o instrumento contratual ou termo aditivo for assinado eletronicamente o documento, de que trata o subitem acima, deverá ser enviado em até 02 (dois) dias úteis a contar da data de assinatura.

7.5. Sanear, às suas expensas, em garantia, os vícios, defeitos ou incorreções que se verificarem nos objetos, respondendo diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo, durante a execução deste Contrato.

7.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação.

7.6.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos acima, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação.

7.7. Permitir a CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, quando for o caso, bem como prestar, quando solicitadas, as informações visando o seu bom andamento.

7.7.1. A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ainda que resulte de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.

7.8. Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais e inovações da CONTRATANTE de que venha a ter conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgá-las, reproduzi-las ou utilizá-las, sob as penas da lei, mesmo depois de encerrada a presente contratação.

7.9. Responder por todos e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE, decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste Contrato e de outros porventura existentes entre as partes, inclusive da garantia contratual.

7.10. Substituir, imediatamente, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, sempre que exigido, independente da justificativa por parte desta, qualquer prestador de serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

7.11. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando os Correios ou terceiros por qualquer dano ou prejuízo causados à mesma, a seus servidores ou a terceiros, decorrentes desses erros, falhas, omissões ou irregularidades.

7.12. Credenciar estabelecimentos comerciais (oficinas especializadas, oficinas multimarcas, concessionárias e prestadores de serviços congêneres) aptos a prestarem os serviços de manutenção de veículos, de acordo com os prazos, quantidades, especialidades e locais previstos na Especificação Técnica.

7.13. Reembolsar todos os estabelecimentos integrantes de sua rede credenciada, inexistindo qualquer relação financeira da CONTRATANTE com aqueles estabelecimentos.

7.14. Responsabilizar-se pelo resarcimento de eventuais prejuízos que a rede de credenciados venha a causar à CONTRATANTE, bem como por qualquer multa ou infração de trânsito no período em que o veículo estiver recolhido no estabelecimento para realização dos serviços de manutenção.

7.15. Disponibilizar serviço de gerenciamento informatizado da manutenção da frota de veículos automotores dos Correios via Internet (web), on-line e em tempo real, consoante critérios, funcionalidades e relatórios de controle estabelecidos na Especificação Técnica.

7.16. Designar preposto para representar a CONTRATADA na execução do Contrato.

7.16.1. O preposto, sempre que convocado, deverá comparecer na sede do Centro de Transporte Operacional da CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da convocação, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.

7.17. Prestar suporte técnico através de serviço de atendimento ao cliente, por telefone e internet, que permita a comunicação entre as partes, 24 horas todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

7.18. Garantir, permanente e ininterruptamente, durante a vigência do Contrato o gerenciamento informatizado e o credenciamento de estabelecimentos aptos a realizar os serviços de manutenção constantes do objeto deste contrato.

7.19. Fornecer à CONTRATANTE, ao final do contrato, "back up" em meio magnético com o histórico da manutenção dos veículos durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento contratual.

8.2. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços, objeto desta contratação.

8.3 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estabelecido neste contrato.

8.4 Encaminhar à Seguradora, dentro do prazo de validade da(s) Apólice(s), cópia das notificações de descumprimento contratual, enviadas à CONTRATADA, para fins de caracterização da expectativa de sinistro, conforme previstos nos arts. 769 e 771 do Código Civil, quando for o caso de garantia sob a modalidade Seguro-Garantia.

8.5 Fornecer à CONTRATADA o cadastro completo e atualizado da frota de veículos, discriminando a Unidade Operacional de lotação do veículo e, se necessário, os condutores, mantendo-o atualizado ao longo da vigência da contratação.

8.6 Demandar cotações de preços (valor homem/hora e desconto sobre peças) e orçamentos aos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, de forma a aferir o menor preço para o serviço a ser executado.

8.7 Anotar em registro próprio todas as irregularidades na execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.8 Solicitar à CONTRATADA a substituição de estabelecimentos credenciados que não estejam desempenhando os serviços a contento.

8.9 Analisar os custos em função das cotações e orçamentos obtidos da rede credenciada, bem como a conveniência da execução total ou parcial dos serviços, de forma a que, verificada sua economicidade, autorize o estabelecimento credenciado que cotoou o melhor preço a executar o serviço de manutenção.

CLÁUSULA NONA - PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

9.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus decretos regulamentadores, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

9.2 A Contratada declara conhecer e se compromete, por todos os seus prepostos, a respeitar, cumprir e fazer cumprir durante a execução do contrato, no que couber, o "Código de Conduta Ética dos Correios", que se encontra disponível no endereço eletrônico da Contratante na Internet, www.correios.com.br (página principal), sob pena de se submeter às sanções previstas naquele Código.

9.2.1 A Contratada deverá adotar um perfil ético em suas práticas de gestão, inclusive na cadeia produtiva de seus fornecedores.

9.3. As Partes, seus agentes ou empregados devem combater toda e qualquer iniciativa que seja contra a lei 12.529/11 (Lei de Defesa da Concorrência).

9.4. Em caso de indícios de descumprimento desta Cláusula, a CONTRATANTE poderá realizar diligências, diretamente ou por meio de terceiros, à CONTRATADA, que deverá cooperar e disponibilizar informações, documentos, inclusive por meio de entrevistas com seus colaboradores, observadas as restrições de acesso a informação previstas na legislação brasileira.

9.5. A comprovada violação de qualquer uma das obrigações previstas nesta cláusula poderá ocasionar a rescisão deste Contrato, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos, além das demais sanções contratuais e legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCOS

10.1 Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO

11.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de depósito bancário, conforme dados (nome e número do banco, número da agência e número da conta corrente) fornecidos pela CONTRATADA.

11.2 Os pagamentos serão efetuados após a realização do(s) serviço(s), mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, conforme cronograma abaixo:

Data de Atesto da NF	Vencimento
Dia 1 a 15 do mês	Dia 28 do M+2
Dia 16 a 25 do mês	Dia 16 do M+3

Legenda:

M = mês do atesto

M + 2 = mês do atesto acrescido de dois meses

M + 3 = mês do atesto acrescido de três meses

11.2.1. Os Documentos Fiscais de Aplicação de Peças e Serviço de Manutenção serão liquidados pela CONTRATADA, devendo o respectivo pagamento ser por ela efetuado diretamente aos estabelecimentos credenciados.

11.2.2. A CONTRATADA deverá emitir, separadamente, Documento Fiscal para o valor do Serviço de Gerenciamento e Fatura para o valor relativo à Aplicação de Peças e Serviço de Manutenção, bem como entregar os documentos exigidos no subitem 11.4 deste Instrumento.

11.2.2.1. Caso a CONTRATADA oferte, no item 2.1 deste contrato, percentual de Serviço de Gerenciamento zero ou negativo, estará dispensada da emissão do respectivo Documento Fiscal para este serviço.

11.3 Havendo disponibilidade e interesse da CONTRATANTE, bem como solicitação da CONTRATADA, o pagamento eventualmente poderá ser antecipado, mediante desconto, nos termos e nas regras estabelecidas no site dos CORREIOS, acessando: http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/valorpresente/default.cfm

11.4 Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

- a) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- b) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal) e Contribuições Sociais e às de Terceiros (INSS);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo respectivo órgão.

11.4.1 Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a CONTRATADA estiver com alguma documentação vencida.

11.4.2 A não apresentação ou a irregularidade dos documentos previstos no subitem 11.4 não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

11.5 Caso o documento fiscal apresente incorreção o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

11.6 Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

11.6.1 Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

11.7 A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

11.8 O faturamento do(s) documento(s) fiscal(is) terá como referência o local da prestação dos serviços definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

11.9 No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE - a título de atualização financeira, compensações financeiras e penalizações - encargos moratórios, com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

11.10 A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

11.11 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ATUALIZAÇÃO DO PREÇO

12.1. O percentual referente ao Serviço de Gerenciamento será fixo e irreajustável durante a vigência deste contrato e sua eventual prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- a) houver modificação do Projeto ou das Especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Instrumento, mantendo as mesmas condições contratuais.

b.1) as supressões poderão exceder os limites estabelecidos na alínea "b".

c) necessária a modificação do modo e/ou cronograma de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

d) necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação dos serviços;

e) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

f) conveniente à substituição da garantia de execução contratual, se for o caso.

13.2 As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

13.2.1 APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

a) as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste Instrumento;

b) o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.

13.2.2 TERMO ADITIVO: alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Contrato ou do seu valor.

13.3 Os Termos Aditivos ou Apostilas farão parte deste Instrumento, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PENALIDADES

14.1. Pelo descumprimento das obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CONTRATANTE, garantida a ampla defesa e o contraditório:

14.1.1 **Advertência**, quando:

a) o descumprimento não constituir obrigação principal;

b) não houver penalidade de multa específica para o descumprimento;

c) não houver reincidência do fato gerador da penalidade.

14.1.1.1 As multas cujos valores sejam inferiores a 100 (cem) vezes o PPCC – Primeiro Porte da Carta Comercial básico serão convertidas em advertência, desde que não tenha sido aplicada a advertência para o mesmo fato gerador.

14.1.1.2 Quando houver a reincidência do fato gerador de advertência já aplicada, a CONTRATADA incidirá na multa disposta no subitem 14.1.2.2, alínea "g".

14.1.2. MULTA: aplicada nos seguintes casos:

14.1.2.1. Multa de mora:

a) atraso injustificado na execução dos serviços contratados, em relação aos prazos fixados na Especificação Técnica – Cronograma de Execução: **0,01% (um centésimo por cento)** sobre o valor global atualizado deste Instrumento, por dia de atraso, para cada evento, até o limite de 10 (dez) dias;

a.1) a partir do 11º (décimo primeiro) dia, o atraso poderá ensejar a rescisão contratual;

b) atraso injustificado na execução dos serviços contratados, em relação aos prazos cumulativos para credenciamento da rede estabelecimentos previstos na Especificação Técnica – Percentual de Atendimento para Credenciamento: **0,005% (cinco milésimos por cento)** sobre o valor global atualizado deste Instrumento, por dia de atraso, para cada Unidade, até o limite de 10 (dez) dias;

b.1) a partir do 11º (décimo primeiro) dia, o atraso poderá ensejar a rescisão contratual;

c) atraso injustificado na execução dos serviços contratados, em relação aos prazos para apresentação do laudo/orçamento e conclusão do serviço de manutenção estabelecidos na Especificação Técnica – Procedimentos Operacionais: **1% (um por cento)** sobre o valor da respectiva Ordem de Serviço, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias;

c.1) a partir do 11º (décimo primeiro) dia, o atraso ensejará envio de solicitação da CONTRATANTE à CONTRATADA para descredenciamento daquele estabelecimento;

d) atraso na apresentação/reposição/complementação da garantia de execução contratual, nos moldes da Cláusula Décima Oitava deste Contrato: **0,5% (cinco décimo por cento)** do valor total da garantia a ser prestada ou do valor da diferença a ser reposta/complementada, por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis. Após esse prazo será aplicado o subitem 17.1.1 deste Contrato;

14.1.2.2. Demais multas:

a) não disponibilização dos relatórios de consulta elencados na Especificação Técnica – Relatórios: **0,004% (quatro milésimos por cento)** sobre o valor global atualizado deste Instrumento para cada tipo de relatório;

b) reincidência no descumprimento do mesmo fato gerador de penalidade de advertência já aplicada, conforme subitem 14.1.1: **0,006% (seis milésimos por cento)** sobre o valor **global atualizado do contrato**, para cada ocorrência;

c) na rescisão do Contrato, com base nas hipóteses previstas nas alíneas "a" a "c" do subitem 15.1.1 deste Instrumento, será aplicada multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor remanescente atualizado deste Contrato, na data da rescisão.

14.1.2.3 As multas de mora são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente e estão limitadas a 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste Instrumento.

14.1.2.4 As demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitado ao valor global atualizado deste Instrumento.

14.1.2.5 As multas de mora e demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitado ao valor global atualizado deste Instrumento.

14.1.2.6 Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

14.1.2.7 O valor da multa e os prejuízos causados pela CONTRATADA serão executados pela CONTRATANTE, nos seguintes termos:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida neste Instrumento, para resarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

14.1.2.7.1 Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

14.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, por prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da reparação dos danos causados, nos seguintes casos:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com os CORREIOS, em virtude de atos ilícitos praticados.

14.2 Em caso de descumprimento deste Contrato, além das penalidades acima previstas, a CONTRATADA responderá a título de indenização complementar, nos termos do Parágrafo Único do Art. 416 do Código Civil, por quaisquer danos, prejuízos e lucros cessantes sofridos pela CONTRATANTE.

14.3 As penalidades serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

14.4 As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação dessas, cujas razões, em sendo procedentes, poderão isentá-la das penalidades, caso contrário aplicar-se-á a sanção cabível.

14.5 Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso.

14.5.1 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **no prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento do recurso ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

14.6 As penalidades serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, conforme legislação aplicável e sem prejuízo das penalidades previstas neste Instrumento:

15.1.1 Poderá haver a rescisão unilateral deste contrato por iniciativa de qualquer uma das partes, quando ocorrer os seguintes motivos:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular deste Contrato, especificações técnicas, projetos ou prazos;

b) não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;

c) subcontratação total ou acima do previsto neste Instrumento;

d) decretação de falência ou dissolução da sociedade da CONTRATADA;

e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.

15.1.1.1 Poderá, ainda, haver rescisão unilateral por parte dos Correios por motivos decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável para a execução deste contrato.

15.1.1.2 A rescisão unilateral pela contratada ocorrerá, mediante aviso prévio e por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e prova de recebimento, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais já iniciadas e do pagamento das indenizações cabíveis aos Correios.

15.1.1.3 Os efeitos da rescisão unilateral pelos Correios serão operados a partir do recebimento da comunicação escrita sobre o seu julgamento ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

15.1.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

15.1.3 A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos ou força maior, acarretará as consequências contidas no subitem 14.1.2.7, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste instrumento.

15.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo Administrativo.

15.3 Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSPENSÃO DO CONTRATO

16.1 Poderá haver a suspensão da execução deste Contrato, por acordo entre as partes, desde que devidamente motivada e justificada a inviabilidade de sua continuação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1 A CONTRATADA comprovará no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, a efetivação da garantia de execução contratual, em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global deste Contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro;

a.1) em caso de garantia em dinheiro, a CONTRATADA deverá depositar o valor em nome da CONTRATANTE em uma Agência de Correios, mencionando o código 54224 (Código SARA). Feito o depósito, a cópia do comprovante deverá ser enviada à Área Gestora Administrativa, previsto no subitem 6.1.1 deste Instrumento.

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

17.1.1 Decorrido o prazo de mora previsto no subitem 14.1.2.1, alínea “d”, sem que haja a apresentação/reposição ou complementação da garantia, o valor correspondente será retido do pagamento subsequente, para a constituição da garantia sob a modalidade caução em dinheiro.

17.1.2 O desconto no pagamento para constituição da garantia não afasta a aplicação da penalidade cabível pelo atraso, prevista na Cláusula Décima Quarta deste Instrumento.

17.1.3 A CONTRATADA poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição da garantia contratual por outra modalidade, conforme previsto no subitem 13.1, alínea “f”.

17.2 Quando apresentada Carta de Fiança ou Apólice de Seguro-Garantia, é indispensável que a cobertura da garantia alcance todas as obrigações previstas em Contrato, principal e acessória.

17.2.1 A CONTRATADA poderá apresentar mais de 01 (uma) apólice para o atendimento integral das obrigações contratadas.

17.2.2 A garantia só será aceita, e a exigência contratual atendida, após a cobertura integral das obrigações pactuadas neste instrumento.

17.3 Se a opção de garantia recair em seguro-garantia ou fiança bancária, no título apresentado deverá constar expressamente:

a) cobertura da responsabilidade decorrente de aplicação de multas de caráter punitivo;

b) vigência da garantia, observado o prazo previsto no subitem 17.5.

c) cláusulas de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

d) cláusula expressa de renúncia do fiador aos benefícios dos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro, somente para o caso de fiança bancária.

e) o prazo máximo de pagamento da indenização de 30 (trinta) dias.

17.4 A Carta de Fiança ou Apólice de Seguro-Garantia deverá ser acompanhada do rol da documentação necessária à caracterização do sinistro para fins de indenização.

17.5 A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata a Cláusula Quinta.

17.6 No caso de haver acréscimo no valor deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação do extrato do Termo Aditivo no Diário Oficial da União, ou, no caso de apostilamento, da data do recebimento da notificação pela CONTRATADA.

17.7 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a contar da data que for notificada pela CONTRATANTE.

17.8 A garantia prestada será liberada ou restituída após cessadas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

17.9 A garantia, quando prestada em dinheiro, será liberada ou restituída atualizada monetariamente com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data da prestação efetiva e a da devolução.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL

18.1 As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015, Lei 11.488/07, Lei nº 12.846/2013, Lei 13.429/2017 e no que for aplicável.

18.2 Constituirão partes integrantes deste Contrato: o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA.

18.2.1 Este Contrato é oriundo do Pregão Eletrônico n.º 18000178/2018 homologado por meio do Relatório CPL/CLIC/GELIC/MG - 65/2019 de 28/01/2019 .

18.3 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Não havendo expediente na CONTRATANTE no dia da prestação do serviço, do pagamento ou outro evento, a data para o adimplemento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil imediato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de [Vitória/ES](#), para dirimir quaisquer dúvidas, porventura oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e CONTRATADAS assinam as partes o presente Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

PELA CONTRATANTE

(Assinado eletronicamente)

CRISTIANE SIMONE TRIPODI ARAÚJO

COORDENADORA DO POLO DE GESTÃO ADM. DE CONT. /GEGEC/SPM

CPF: 276.326.278-39

PRT/VIPAD - 741/2018

PELA CONTRATADA

(Assinado eletronicamente)

FELIPE VERONEZ DE SOUSA

PROCURADOR

CPF: 080.281.806-47

PELA CONTRATANTE

(Assinado eletronicamente)

CARLOS DOS SANTOS

GERENTE DO POLO DE GESTÃO ADM.DE CONTRATOS - GEGEC/SPM

CPF: 063.478.098-00

PRT/VIPAD - 741/2018

TESTEMUNHAS:

(Assinado eletronicamente)

SÉRGIO LUIZ DUTRA E SILVA

CPF: 907.642.346-68

(Assinado eletronicamente)

GIOVANI GRACIANO DOS SANTOS JÚNIOR

CPF: 961.414.096-87

ANEXO 01

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS QUANTITATIVOS DE VEÍCULOS

(SEI 2266008)

ANEXO 02

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (SEI N° 2266112, 2786209, 2786250, 2786278, 2786295)



Documento assinado eletronicamente por **Giovani Graciano dos Santos Junior, Gerente**, em 30/01/2019, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Dutra e Silva, Agente de Correios - Suporte**, em 30/01/2019, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE VERONEZ DE SOUSA, Usuário Externo**, em 01/02/2019, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5194829** e o código CRC **17C47C8E**.



Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria Municipal da Saúde

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO/RS, localizada na Rua das Hortênsias, nº 2029, Centro, Gramado/RS, CEP: 95.670-000, inscrita no CNPJ nº 88.847.082/0001-55, por meio deste documento, vem atestar para os devidos fins, que a empresa **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI EPP**, devidamente instalada na Alameda Rio Negro, nº 503 18º andar sala 1803 – Alphaville, Barueri/SP e Cep: 06454-000, telefone de contato (11) 3631-7730, inscrita no CNPJ sob nº 25.165.749/0001-10 e Inscrição Estadual nº 206.447.728.118, fornece o serviço a seguir:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O GERENCIAMENTO E CONTROLE DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES RODOVIÁRIOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, EM CARTÕES MAGNÉTICOS OU OUTRO SISTEMA INFORMATIZADO QUE CONTEMPLA TODAS AS EXIGÊNCIAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, PARA O MUNICÍPIO DE GRAMADO/RS.

PREGÃO PRESENCIAL: 039/2018

CONTRATO Nº 208/2018

VIGÊNCIA: (06/08/2018 A 18/07/2019)

VALOR: DO CONTRATO: R\$ 650.000,00

01º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 208/2018

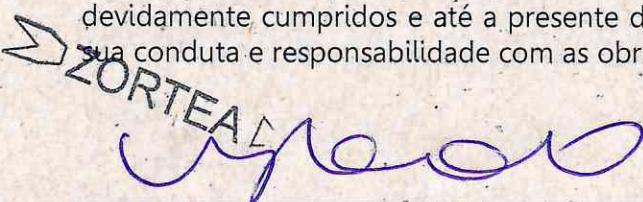
VALOR DO TERMO ADITIVO: R\$ 750.000,00

VIGÊNCIA: (19/07/2019 A 06/08/2020)

QUANTIDADE DE VEÍCULOS: 193 (cento e noventa e três) veículos.

Atestamos ainda que os serviços foram ou estão sendo entregues em ordem, os prazos, e serviços devidamente cumpridos e até a presente data não constam em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Gramado/RS, 21 de julho de 2020.


Mauricio Luis Roldo
Diretor de Transporte e Controle de Frotas
RG: 1063464422 Matrícula 14.031

Telefone de contato: (54) 99614-1290

TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE GRAMADO - RS
Waldemar Zortea - Tabelião de Notas e Oficial do Registro Civil
Rua Sen. Salgado Filho, 320/103 • waldemar@tabelionato Gramado.com.br • Fone: (54) 3286.1003 • CEP 95670-000

Reconhecido por SEMI L'HANÇA a firma de MAURÍCIO
Luis Roldo - Dou. fó. 0251.01.2000002.19540
Gramado, 21 de julho de 2020

Em Testemunho _____ de Verdade
Iasmin Alves Moschen - Escrivente
Email: R\$7,40 + Selo digital: R\$1,40

Iasmin Alves Moschen
ESCRIVENTE

ZORTEA



Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria de Administração

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O MUNICÍPIO DE GRAMADO (RS)

CONTRATO N.º 208/2018

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE GRAMADO (RS)**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. das Hortênsias, n.º 2.029, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 88.847.082/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **JOÃO ALFREDO DE CASTILHOS BERTOLUCCI** e o Secretário Municipal da Administração, Sr. **JULIO CESAR DORNELES DA SILVA**, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI**, Inscrita no CNPJ/MF sob n.º 25.165.749/0001-10, com sede na Alameda Rio Negro, nº 503, sala 1.803, Bairro Alphaville Industrial, município de Barueri/SP, CEP 06454-000, neste ato representada pelo Sr. **JOÃO LUIS DE CASTRO**, doravante denominado **CONTRATADO**, tendo em vista a homologação do Pregão Presencial n.º 39/2018 e de conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, firmam o presente contrato mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto a prestação de serviços para o gerenciamento e controle do serviço de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores rodoviários, máquinas e equipamentos, em cartões magnéticos ou outro sistema informatizado que conte com todas as exigências, com fornecimento de peças e acessórios, para o Município de Gramado, conforme as especificações constantes no Projeto Básico em Anexo. Sendo obrigatório para possuir rede credenciada nos locais estabelecidos no Projeto Básico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 Os valores ajustados, incluindo todos os custos diretos e indiretos aceitos pelo CONTRATADO são entendidos pela taxa de administração equivalente a **-1,25% (um, vinte e cinco por cento negativos)**, será efetuado até o décimo dia útil após o recebimento da fatura, correspondente a todo o consumo utilizado no mês imediatamente anterior a data de faturamento.

2.2 O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irreajustável, durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

2.3 Fica expressamente estabelecido que no preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

2.4 O valor estimado do contrato será de **R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES

3.1 Constituem obrigações do contratado, além das constantes nos artigos 69 e 70 da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes:

3.1.1 Obedecer às especificações constantes no edital e Projeto Básico;

3.1.2 Responsabilizar-se pela verificação dos serviços executados;

3.1.3 Viabilizar a manutenção, exclusivamente, dos veículos oficiais do Município de Gramado.

3.1.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

3.1.5 Manter com o Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

3.1.6 Implantar o Sistema em todas as bases operacionais no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da assinatura deste Contrato;

3.1.7 Emitir relatórios que permitam a administração e gerenciamento do objeto deste Contrato;

Compras e Licitações

E-mail: compras@gramado.rs.gov.br



Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria de Administração

3.1.8 Manter atualizada a relação das empresas com as quais mantenha convênio, comunicando à contratante qualquer acréscimo ou supressão na relação de conveniados;

3.1.9 Capacitar e treinar os funcionários indicados pela Contratante no que se refere à operação do sistema de gerenciamento, controle da manutenção de maneira a se obter maior eficiência e eficácia na utilização do sistema;

3.1.10 Fornecer a relação da rede de oficinas credenciadas, equipadas para aceitar as transações com os cartões;

3.1.11 Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos bens objeto deste Edital;

3.1.12 Assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação e no Contrato, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

As despesas com a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02: Gabinete do Prefeito

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço do Gabinete

Projeto atividade: 2002 Gestão e Manutenção do Gabinete do Prefeito

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot.09**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot.13**

Projeto atividade: 2005 Gestão e Manutenção do Gabinete da 1ª Dama

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot.47**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 50**

Órgão 03: Secretaria Municipal, Comércio, Trabalho e Serviços

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2013 Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 73**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 76**

Órgão 04: Secretaria Municipal da Administração

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2008 Gestão e Manutenção da Secretaria de Administração

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot.97**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 102**

Órgão 05: Secretaria Municipal de Fazenda

Unidade 01: Gestão e Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2010 Gestão e Manutenção da Secretaria da Fazenda

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 118**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 124**

Órgão 06: Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Defesa Civil

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2015 Gestão e Manutenção da Secretaria do Planejamento

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 142**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 145**

Compras e Licitações

E-mail: compras@gramado.rs.gov.br



Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria de Administração

Órgão 07: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviços da Secretaria

Projeto atividade: 2022 Gestão Administrativa da Educação

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 165**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 167**

Unidade 05: Ensino Fundamental

Projeto atividade: 2021 Atividades de Ensino e Educação

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 251**

Projeto atividade: 2022 Gestão Administrativa da Educação

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.20 – Material de Consumo – **Dot. 263**

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.1002 – Material de Consumo – **Dot. 264**

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.1035– Material de Consumo – **Dot. 267**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.20-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 272**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.1035-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica-**Dot. 274**

Unidade 06: Ensino no Meio Rural

Projeto atividade: 2021 Atividades de Apoio e Gestão

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.20-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 287**

Projeto atividade: 2022 Gestão Administrativa da Educação

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.20 – Material de Consumo – **Dot. 297**

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.1032 – Material de Consumo – **Dot. 298**

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.1035– Material de Consumo – **Dot. 300**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.20-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 302**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.1032-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica-**Dot. 304**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.1035-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica-**Dot. 305**

Unidade 09: Ensino Médio

Projeto atividade: 2022 Gestão Administrativa da Educação

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.20 – Material de Consumo – **Dot. 358**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.20-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 359**

Órgão 08: Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 03: Média e Alta Complexidade

Projeto atividade: 1401 Implantação de Programas de Saúde

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.40 – Material de Consumo – **Dot. 439**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.40-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 443**

Órgão 09: Secretaria Municipal de Obras Viação e Saneamento

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2026 Gestão, Manutenção e Serviços de Apoio

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 555**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 557**

Unidade 02: Iluminação Pública

Projeto atividade: 1701 Vias públicas

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 512**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 514**

Compras e Licitações

E-mail: compras@gramado.rs.gov.br



Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria de Administração

Órgão 10: Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade 02: Infraestrutura e Renda do Setor Rural

Projeto atividade: 2030 Gestão, Ampliação, Manutenção de Serviços ao Meio Rural

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 606**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 609**

Órgão 11: Secretaria Municipal de Turismo

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2033 Gestão, Manutenção e Serviços da Secretaria

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 618**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 621**

Órgão 12: Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2038 Gestão, Manutenção e Serviços da Secretaria

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 669**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 672**

Órgão 13: Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2042 Gestão, Manutenção e Serviços da Secretaria

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 799**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 802**

Unidade 02: Gestão, Implantação e Manutenção do Meio Ambiente

Projeto atividade: 1801 Arborização Urbana e Rural

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 814**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 815**

Projeto atividade: 2043 Gestão, Imp e.Manutenção dos Resíduos Ambientais

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 823**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 824**

Projeto atividade: 2048 Gestão, Imp. e Manut. da Proteção ao Meio Ambiente

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 837**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 839**

Órgão 15: Secretaria Municipal de Governança e Desenvolvimento Integrado

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2050 Gestão, Manutenção e Serviços da Secretaria

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 852**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 855**

Órgão 16: Secretaria Municipal de Cultura

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviço da Secretaria

Projeto atividade: 2051 Gestão, Manutenção e Serviços da Secretaria

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 863**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 866**

Órgão 18: Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana

Unidade 01: Gestão, Manutenção e Serviços da Secretaria

Projeto atividade: 2060 Gestão e Manutenção da Secretaria de Segurança e Trânsito

Compras e Licitações

E-mail: compras@gramado.rs.gov.br



Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria de Administração

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 905**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 907**

Unidade 02: Funrebom

Projeto atividade: 2016 Gestão e Manutenção do Funrebom

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.1930 – Material de Consumo – **Dot. 912**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.1930-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 914**

Órgão 19: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Unidade 04: Desporto Municipal

Projeto atividade: 2023 Gestão e Manutenção e Ampliação do Desporto

Cat. econômica: 3.3.90.30.00.00.00.01 – Material de Consumo – **Dot. 953**

Cat. econômica: 3.3.90.39.00.00.00.01-Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica – **Dot. 955**

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE

5.1 O CONTRATADO será responsável pela indenização de danos causados ao Município ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia e/ou imprudência por ele praticado.

5.2 A responsabilidade de que trata este item estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses) contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 O Contratado se descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente de:

7.1.1 Multa de 10% (dez por cento) pelo atraso injustificado, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso ou fração equivalente.

7.1.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

7.1.2.1 Advertência;

7.1.2.2 Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor homologado;

7.1.2.3 Suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com o Município de Gramado(RS), por prazo não superior a 02 (dois) anos;

7.1.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2 O não-cumprimento de obrigação acessória, sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

7.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4 As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

7.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Compras e Licitações

E-mail: compras@gramado.rs.gov.br



Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria de Administração

8.1 Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito ao CONTRATADO indenização de qualquer espécie quando:

- 8.1.1 O CONTRATADO não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
- 8.1.2 O CONTRATADO transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- 8.1.3 No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;
- 8.1.4 Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
- 8.1.5 Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O Município nomeia como fiscal do contrato o Servidor **MAURÍCIO LUÍS ROLDO**, pertencente ao Quadro de Servidores Públicos Municipais, devidamente habilitado, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Gramado(RS), como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as Cláusulas contratadas.

Gramado(RS), 06 de agosto de 2018.

JOÃO ALFREDO DE CASTILHOS BERTOLUCCI
Prefeito de Gramado
Contratante

JULIO CESAR DORNELES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração
Contratante

MAURÍCIO LUÍS ROLDO
Matrícula n.º 14.031
Fiscal do contrato

JOÃO LUIS DE CASTRO
Neo Consultoria E Administração De Benefícios Eireli
Contratado

Adriana Caberlon Preto
Prefeitura Municipal de Gramado
Secretária Adjunta da Administração
Matrícula 14020

Visto:

Compras e Licitações
E-mail: compras@gramado.rs.gov.br



Prefeitura Municipal de Gramado

Secretaria de Administração

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 208/2018.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE GRAMADO (RS)**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. das Hortênsias, n.º 2.029, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 88.847.082/0001-55, representado por seu Prefeito, Sr. **JOÃO ALFREDO DE CASTILHOS BERTOLUCCI** e pelo Secretário Municipal da Administração, Sr. **JULIO CESAR DORNELES DA SILVA**, denominado **CONTRATANTE**, por outro lado a empresa **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI**, Inscrita no CNPJ/MF sob n.º 25.165.749/0001-10, com sede na Alameda Rio Negro, nº 503, sala 1.803, Bairro Alphaville Industrial, município de Barueri/SP, CEP 06454-000, representada pelo Sr. **JOÃO LUIS DE CASTRO**, doravante denominado **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do Pregão Presencial n.º **39/2018** e de conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, firmam o presente Termo Aditivo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência e do valor da prestação de serviços para o gerenciamento e controle do serviço de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores rodoviários, máquinas e equipamentos, em cartões magnéticos ou outro sistema informatizado que contemple todas as exigências, com fornecimento de peças e acessórios, para o Município de Gramado, conforme as especificações constantes no Projeto Básico em Anexo. Sendo obrigatório para possuir rede credenciada nos locais estabelecidos no Projeto Básico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até dia 06/08/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PREÇO ESTIMADO

O valor estimado do contrato passará a ser de **R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais)**.

CLÁUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original e termo aditivo não alterado por este instrumento.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

Gramado, 19 de julho de 2019.

JOÃO ALFREDO DE CASTILHOS BERTOLUCCI
Prefeito de Gramado
Contratante

JULIO CESAR DORNELES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração
Contratante

MAURÍCIO LUÍS ROLDO
Matrícula n.º 14.031
Fiscal do contrato

JOÃO LUIS DE CASTRO
Neo Consultoria E Administração De Benefícios Eireli
Contratada
Compras e Licitações
E-mail: compras@gramado.rs.gov.br